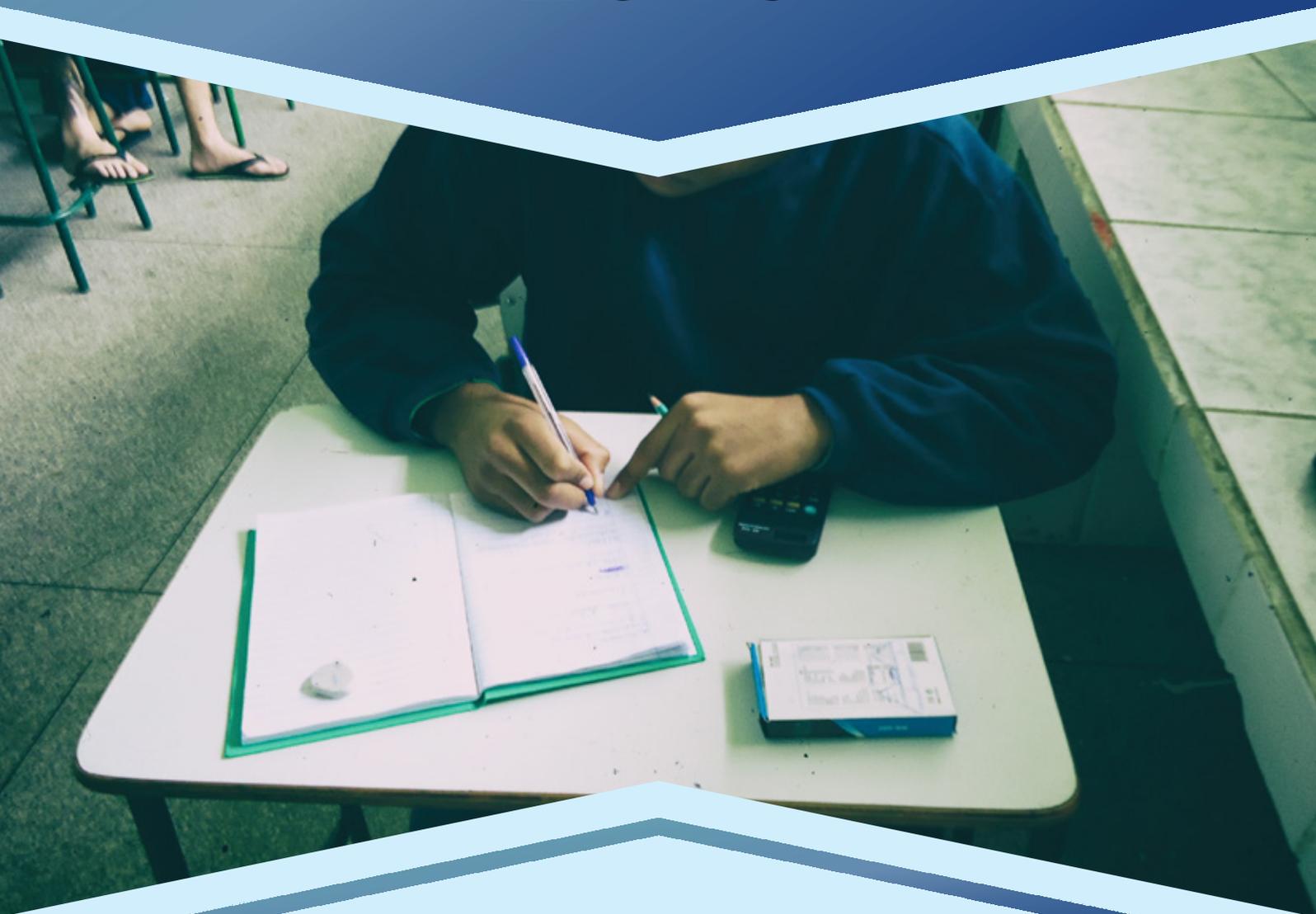


RELATÓRIO DE AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO 2016



RELATÓRIO DE AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO 2016

Carlos Alberto Richa
GOVERNADOR

Cida Borghetti
VICE-GOVERNADORA

Artagão de Mattos Leão Júnior
SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS - SEJU

Elias Gandour Thomé
COORDENADOR GERAL - SEJU

Hatsuo Fukuda
DIRETOR GERAL - SEJU

Pedro Ribeiro Giamberardino
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - DEASE

Alex Sandro da Silva
DIRETOR ADJUNTO DO DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - DEASE

FICHA TÉCNICA

2017 – Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos

DOCUMENTO

Relatório de Ações do Departamento de Atendimento Socioeducativo -
2016

REDAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO

Flávia Palmieri de Oliveira Ziliotto
Pedro Ribeiro Giamberardino

ORGANIZAÇÃO E REVISÃO

Flávia Palmieri de Oliveira Ziliotto
Pedro Ribeiro Giamberardino

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Ana Carolina Gomes - DEDIHC

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Autorizada a reprodução do texto original, com as respectivas atualizações,
indicando-se a autoria responsável em cada exercício.

DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

DIRETOR

Pedro Ribeiro Giamberardino

DIRETOR ADJUNTO

Alex Sandro da Silva

COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO

Cristiane Garcez Gomes de Sá
Flávia Palmieri de Oliveira Ziliotto

DIVISÃO DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVA

José Kizlek

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Elisabete Barros Tiera
Letícia Simões Rivelini de Lima

DIVISÃO DE FORMAÇÃO EDUCACIONAL E PROFISSIONAL

Andrea de Lima Kravetz
Ricardo Albanus de Lima

DIVISÃO PSICOSSOCIAL

Deize Fátima Bengaly Zamzoum

DIVISÃO DE VAGAS E INFORMAÇÕES

Alison Adalberto Batista

DIVISÃO DE SAÚDE

Carla Pereira Navarro Lins
Deborah Toledo Martins
Juliana Maruszczak Schneider

DIRETORES E DIRETORES ASSISTENTES DOS CENSES E CASAS DE SEMILIBERDADE

CAMPO MOURÃO

Grasiela Cristina Nascimento
Higor P. Chrastek Sidinei

CASCADEL I

Marlos Alexandre Favreto
Gustavo Daniel Phillippsen

CASCADEL II

Eleandro Roberto Nicola
Hélio de Souza Santos

CURITIBA

Valdecir Pereira de Souza Filho
Leandro Maksemiv Machado

FAZENDA RIO GRANDE

Luciano Farias
André Rodrigues de Lima

FOZ DO IGUAÇU

Rafael L. Figueiredo
André Luciano Ferrarese Simão

JOANA RICHA

Célia Braga Figueiredo Fayzano
Raphael Pozzo

LARANJEIRAS DO SUL

Deoclécio de Nez
Fernando Giacomini

LONDRINA I

Amarildo de Paula Pereira
Ângelo Augusto de Mello

LONDRINA II

Márcio Augusto Schimidt de Alencar
Cristiano Vieira Paschoalinoto

MARINGÁ

Anderson Fernandes
Eder Bolonesi

PARANAÍ

Jaime Aparecido dos Santos
Waldir Colli

PATO BRANCO

Lidyana Soares Kelin
Alvanir Zanella

PONTA GROSSA

Vera Lúcia Kanawate
Rodrigo Dias

SANTO ANTONIO DA PLATINA

Helyton R. Mendes Santos
Matheus Vinícius Acosta

SÃO FRANCISCO

Jorge Wilczek
Marcos de Jesus Ramos

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Vandir da Silva Soares
José Fernandes da Silva

TOLEDO

Sandro de Moraes
Ary César Borges Geraldini

UMUARAMA

Janete Mendes da Silva Silvestre
Mateus Fernando Silla

CASAS DE SEMILIBERDADE

CASCADEL

Junior Cezar Devantel

FEMININA

Simoneide Pereira Fernandes

FOZ DO IGUAÇU

Rodrigo Marciano de Oliveira

LONDRINA

Gilmar Bragantine Ferreira

MASCULINA

Gláucia Rennó Cordeiro

PARANAÍ

José Aurélio Teixeira

PONTA GROSSA

Saulo Alessandro Lopes

UMUARAMA

Luciana dos Reis Martins



SUMÁRIO

DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	09
PERFIL DO ADOLESCENTE EM MEDIDA CAUTELAR DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRIVAÇÃO E RESTRIÇÃO DE LIBERDADE	11
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO NAS UNIDADES DE SOCIOEDUCAÇÃO DO PARANÁ – PROEDUSE	23
Exames Online	23
Exame Nacional do Ensino Médio ENEM	24
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	26
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA	27
ESPORTE, CULTURA E LAZER	31
Projeto Arte e Ação	31
Projeto Karatê nas Unidades Socioeducativas	35
RECURSOS HUMANOS	39
LICITAÇÕES	41
FUNDO ROTATIVO	41
PRINCIPAIS NORMATIVAS – PROGRAMA DE ATENDIMENTO	43
CENTRAL DE VAGAS	44
MANUAL DE OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDO ROTATIVO	44
CÓDIGO DE NORMAS E PROCEDIMENTOS DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	45
SISTEMA PARA CONTROLE E REGISTRO DO PONTO – REGPONTO	45
NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE REFEIÇÕES NAS UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS	45
DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS	47
SAÚDE	49
Plano Operativo de Atenção Integral à Saúde do Adolescente em Conflito com a Lei	49
Dia da Saúde	49
Atendimentos em Saúde e Vacinação	50
Adolescentes do Sexo Feminino	50
FORMSUS/Ministério da Saúde	50
Saúde do Servidor	50
POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA	51
CAPACITAÇÃO DE SEGURANÇA	53
ALINHAMENTO COM EQUIPES DAS CASAS DE SEMILIBERDADE: SAÚDE MENTAL E JUSTIÇA RESTAURATIVA	55
ALINHAMENTO COM OS PEDAGOGOS: METODOLOGIA DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	56
CAPACITAÇÃO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS - SMS	56
CAPACITAÇÃO DOS GESTORES DE SOCIOEDUCAÇÃO: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E ESTRATÉGIAS DE GESTÃO	57
CAPACITAÇÃO EM SAÚDE MENTAL	57
CAPACITAÇÃO COM MEDIADORES EM JUSTIÇA RESTAURATIVA E SOCIOEDUCAÇÃO	58
PARCERIAS E PLANEJAMENTO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM 2017	59
PARCERIAS ESTABELECIDAS EM 2016	60
INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA	62
Novas Unidades	62
Reparos, melhorias e novas obras	63
APRIMORAMENTO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS (SMS) – BUSINESS INTELLIGENCE (BI)	67

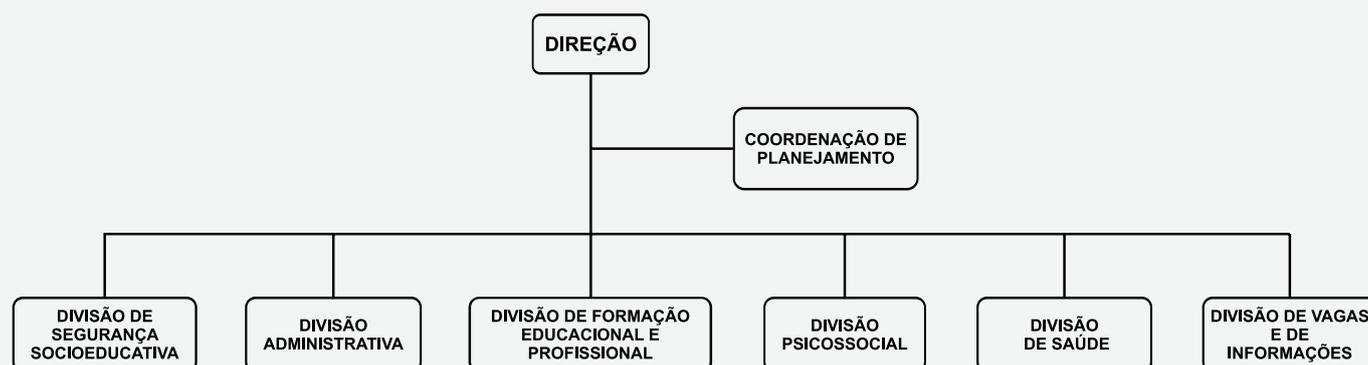


DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

A Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU), a partir do advento da Lei Estadual nº 18.374 de 16 de dezembro de 2014, tornou-se responsável pela organização, promoção, desenvolvimento e coordenação do Sistema de Atendimento Socioeducativo do Estado do Paraná, por intermédio do Departamento de Atendimento Socioeducativo (DEASE). Posteriormente, a Lei Estadual nº 18.778 de 2016 transformou a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos em Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos. O Departamento tem como atribuição primordial a gestão e a qualificação do atendimento socioeducativo de internação, internação provisória e semiliberdade, de acordo com as normas e recomendações do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dos compromissos internacionais de direitos humanos.

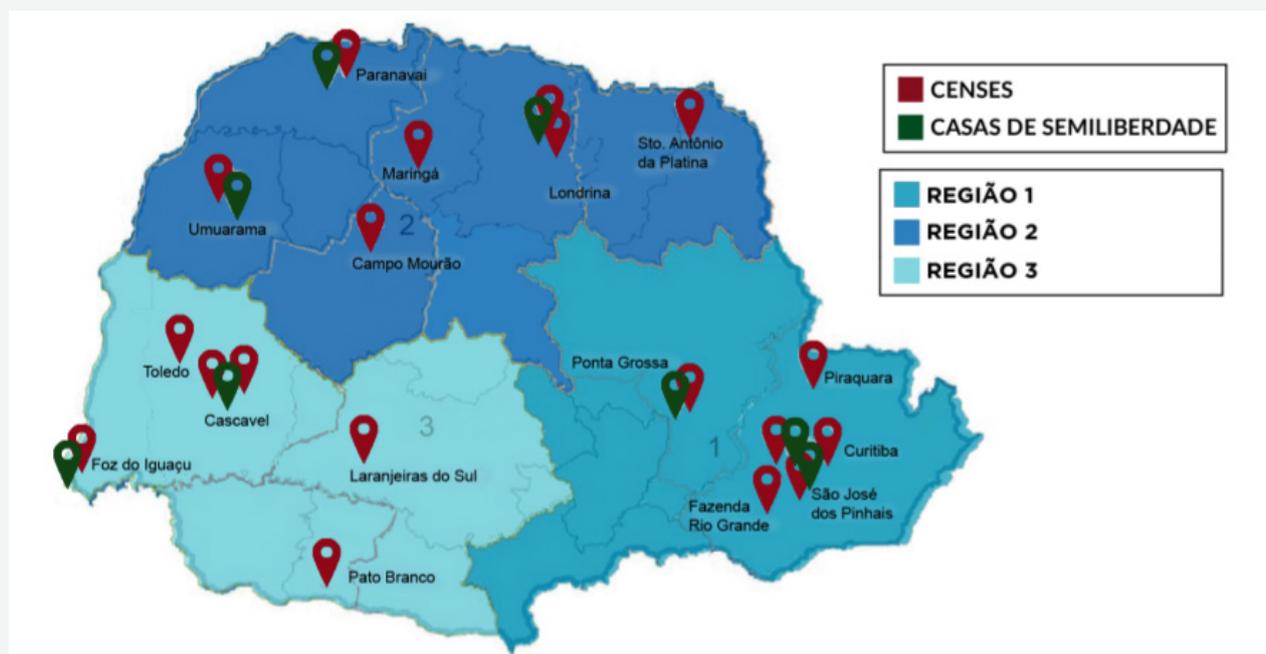
A estrutura organizacional do DEASE subdivide-se em Direção, Coordenação de Planejamento, Divisão de Segurança Socioeducativa, Divisão Administrativa, Divisão de Formação Educacional e Profissional, Divisão de Saúde, Divisão de Vagas e Informações e Divisão Psicossocial, conforme organograma abaixo:

DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO



A internação constitui medida privativa de liberdade, aplicada nos Centros de Socioeducação, sujeita aos princípios que regem o atendimento socioeducativo, especialmente, os de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar do adolescente como pessoa em desenvolvimento. O regime de semiliberdade constitui medida restritiva de liberdade, aplicado nas Casas de Semiliberdade, o qual pode ser determinado desde o início ou como forma de transição para o meio aberto, visando o fortalecimento de vínculos e o contato com a rede de apoio presente no território, com a realização de atividades externas independentemente de autorização judicial.

Em 2016 foi inaugurado o Centro de Socioeducativo de São José dos Pinhais e, com este, atualmente, o Estado do Paraná conta com 19 Centros de Socioeducação (CENSE) e 08 Casas de Semiliberdade, totalizando 1158 vagas, subdivididas em três regiões.

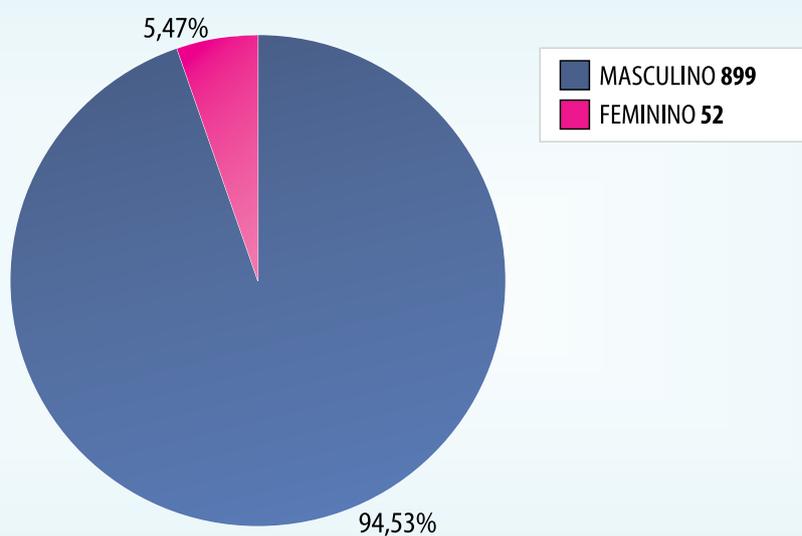


Número de Atendimentos – 2016

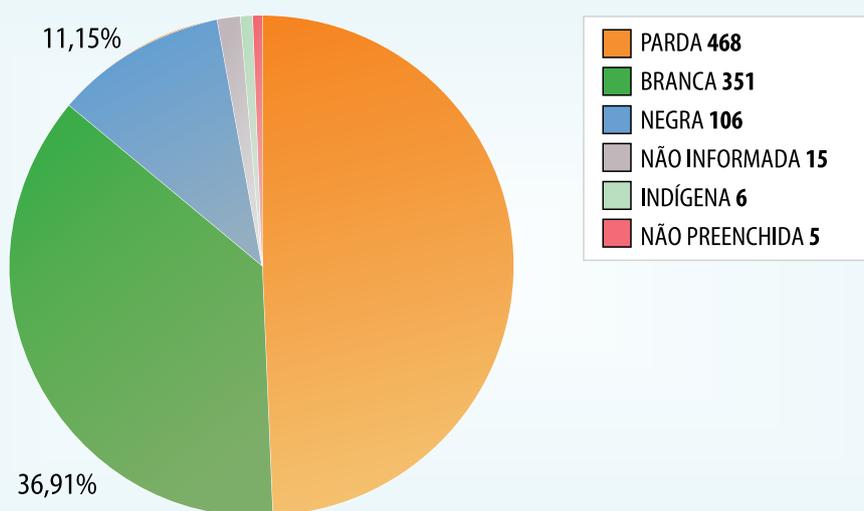
TIPO DE ATENDIMENTO	TOTAL 2016
Abrigamento	594
Internação	1510
Internação Provisória	1468
Internação Sanção	77
Semiliberdade	388

PERFIL DO ADOLESCENTE EM MEDIDA CAUTELAR DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRIVAÇÃO E RESTRIÇÃO DE LIBERDADE

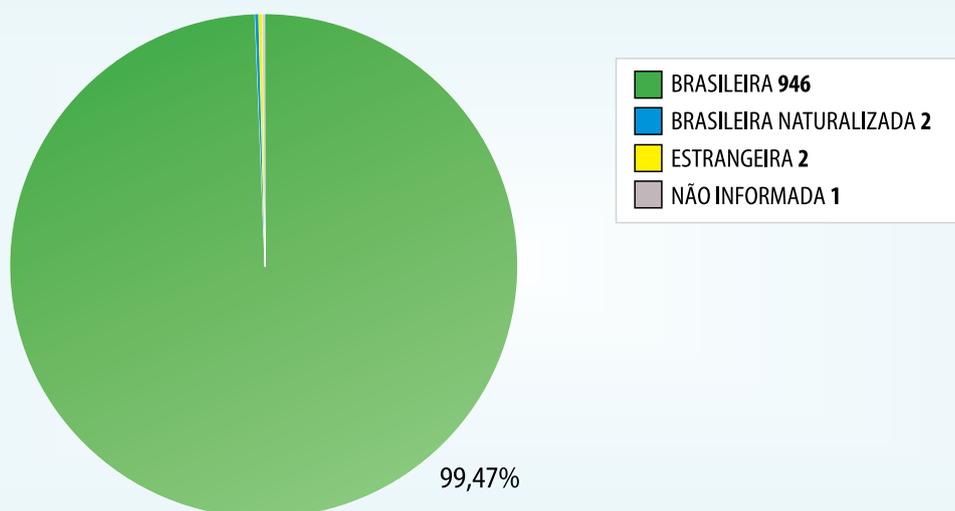
■ ADOLESCENTES POR GÊNERO



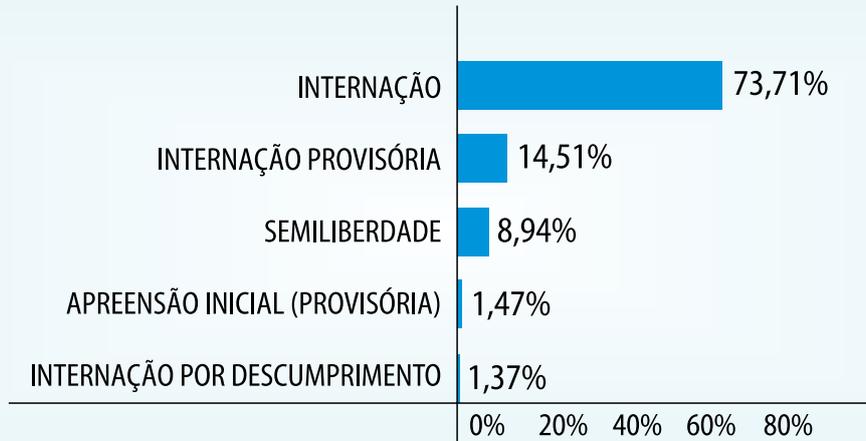
■ ADOLESCENTES POR RAÇA/COR DECLARADA



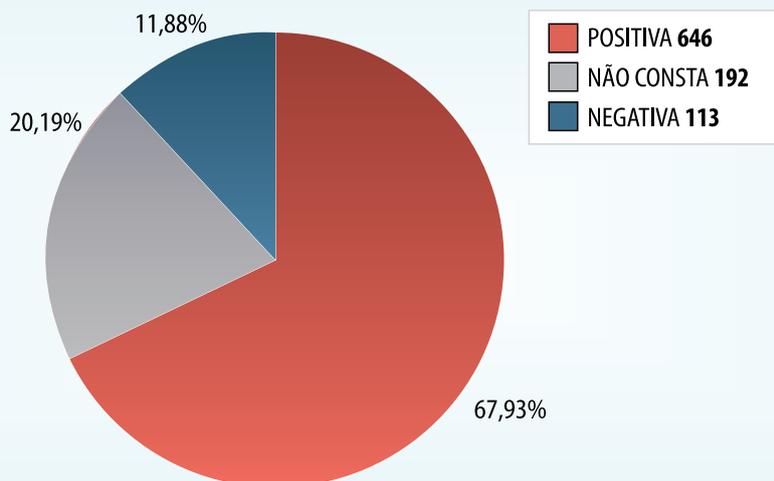
■ ADOLESCENTES POR NACIONALIDADE



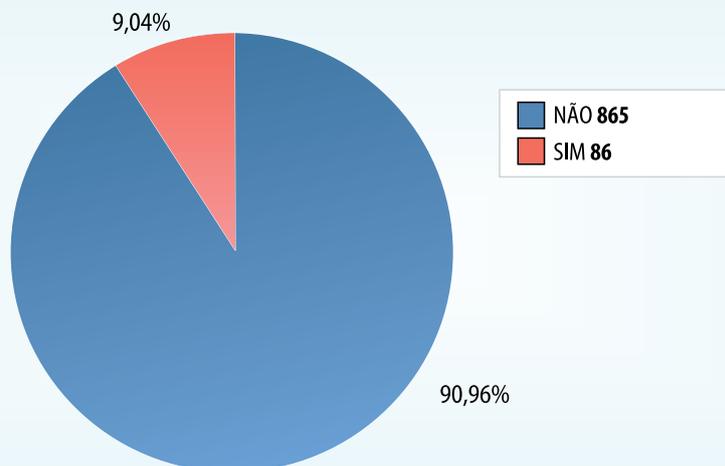
■ ADOLESCENTES POR ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO



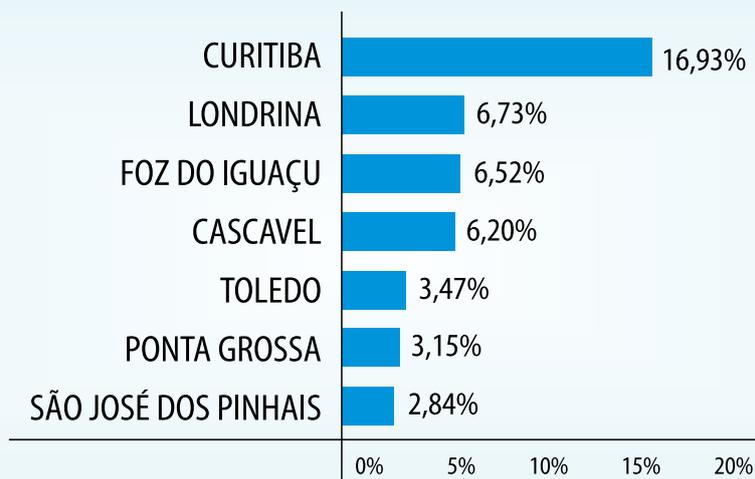
■ ADOLESCENTES POR CERTIDÃO DE ANTECEDENTES INFRACIONAIS



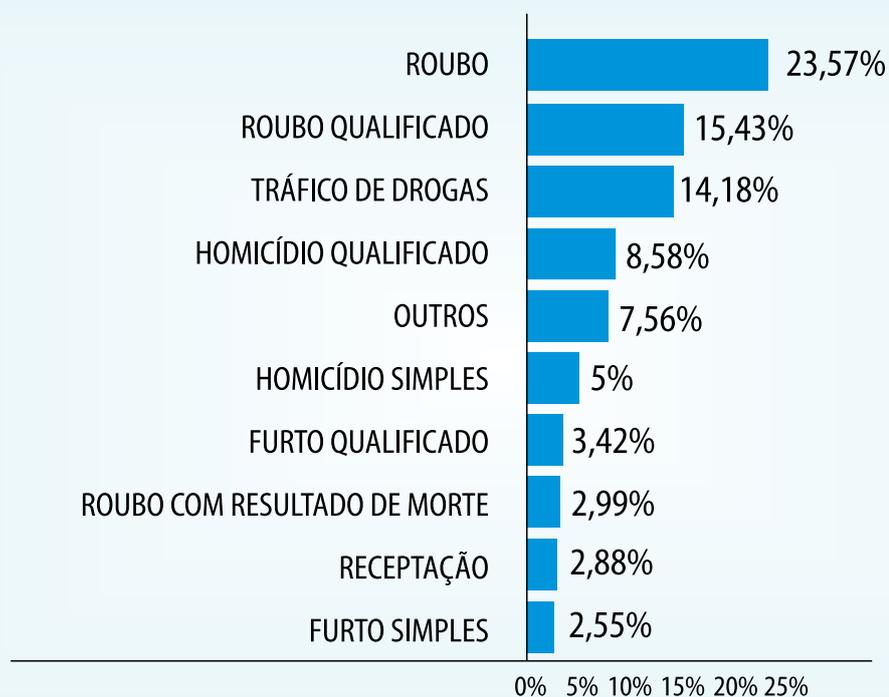
■ ADOLESCENTES POR REINTERNAÇÃO



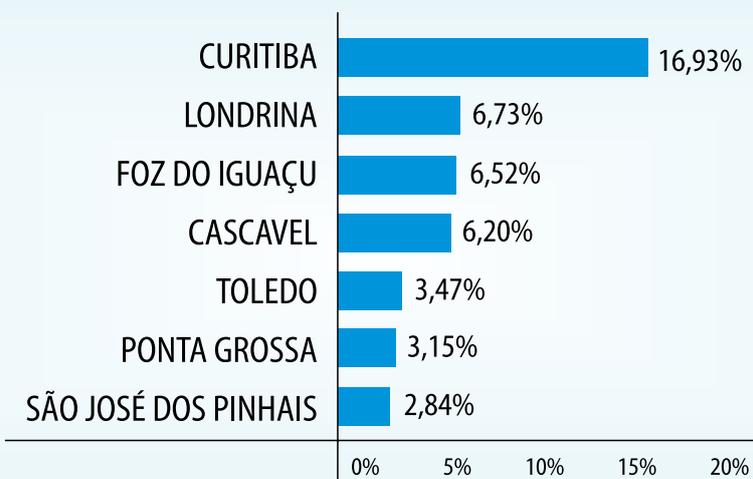
■ ADOLESCENTES POR MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA



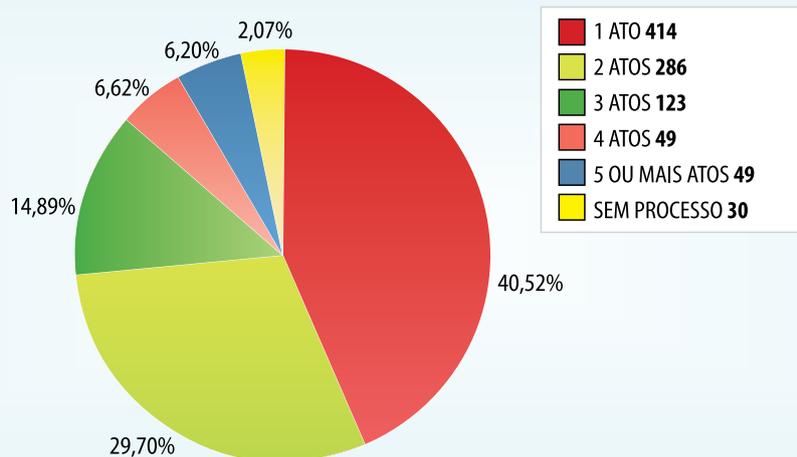
■ ADOLESCENTES POR NATUREZA DO PROCESSO



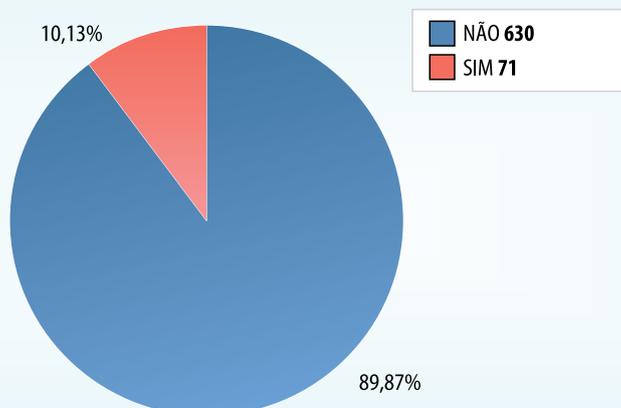
■ ADOLESCENTES POR MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA



■ ADOLESCENTES POR ATOS INFRAACIONAIS

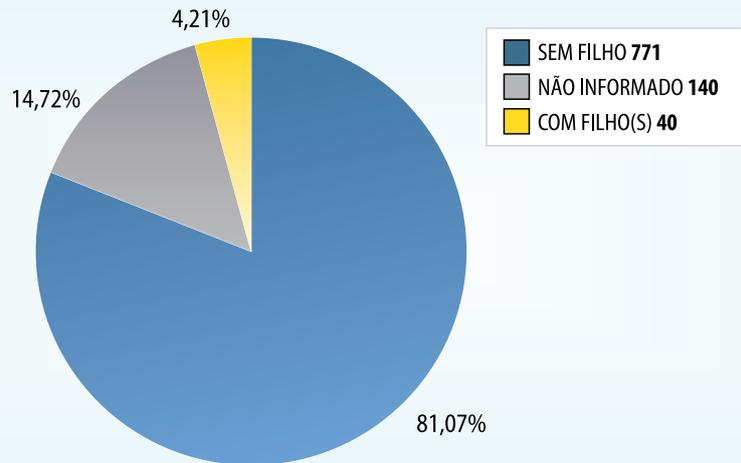


■ REINTERNAÇÃO

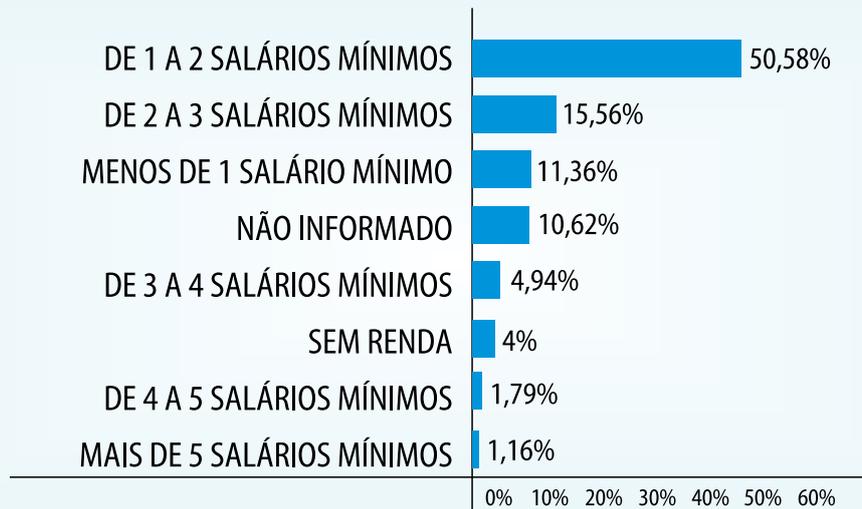


*METODOLOGIA: ADOLESCENTES QUE CUMPRIRAM MEDIDA DE INTERNAÇÃO OU SEMILIBERDADE E QUE RETORNARAM AO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

■ QUANTIDADE DE ADOLESCENTES COM FILHO(S)

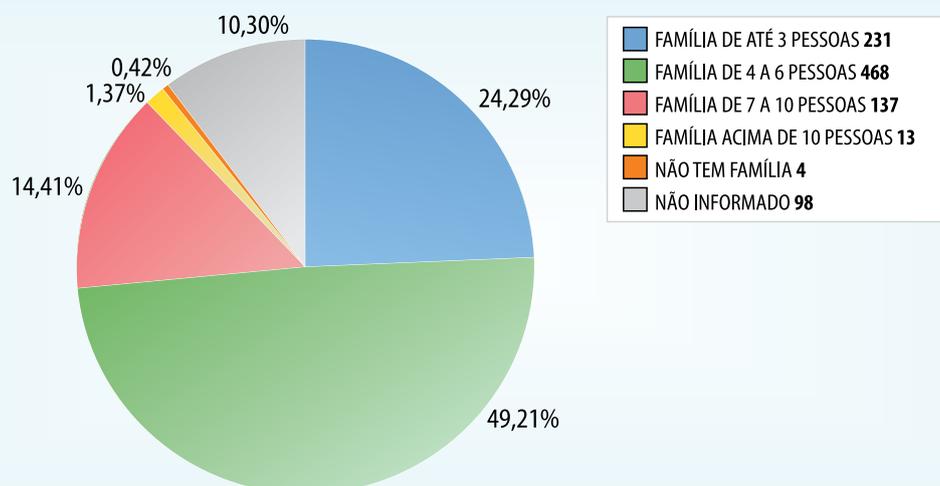


■ QUANTIDADE DE ADOLESCENTES POR RENDA FAMILIAR

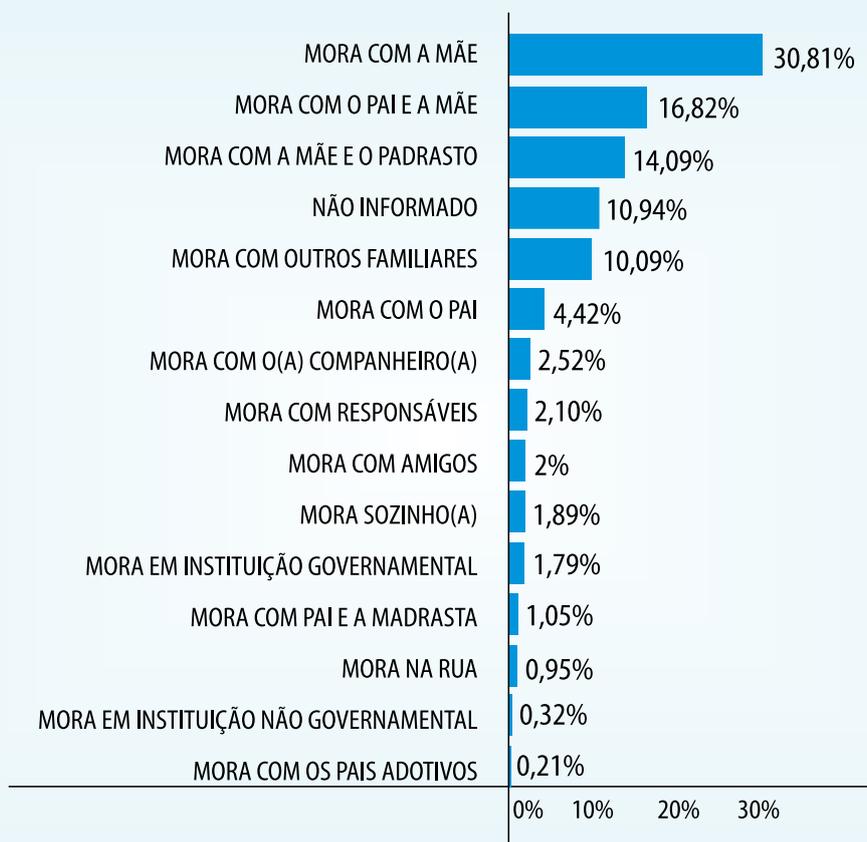


* INFORMAÇÃO POR AUTODECLARAÇÃO DO ADOLESCENTE OU DE SEUS FAMILIARES

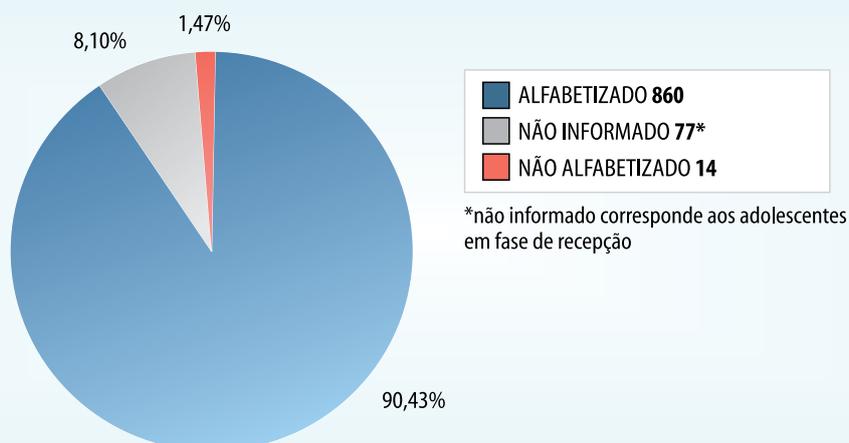
■ QUANTIDADE DE ADOLESCENTES POR COMPOSIÇÃO FAMILIAR



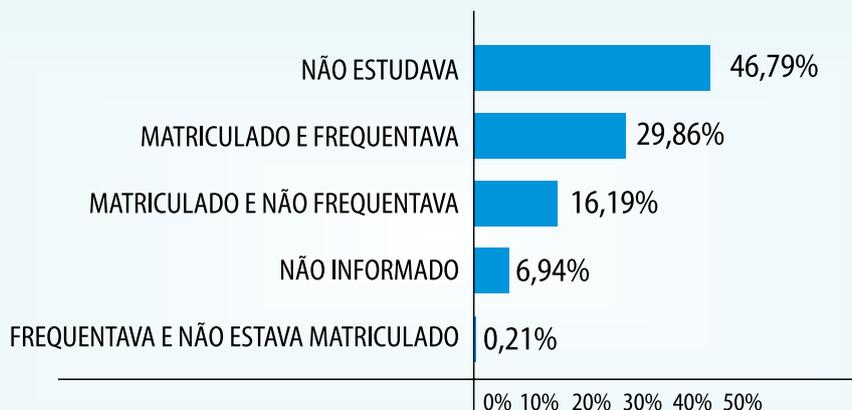
■ QUANTIDADE DE ADOLESCENTES POR CONVÍVIO FAMILIAR



■ ADOLESCENTES POR ALFABETIZAÇÃO

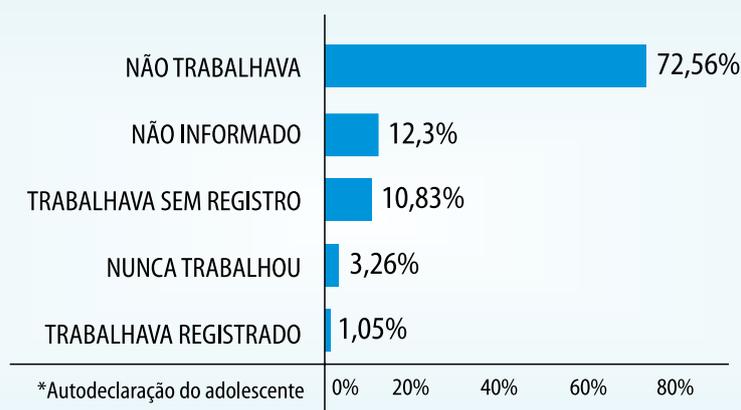


■ ADOLESCENTES POR SITUAÇÃO ESCOLAR ANTERIOR



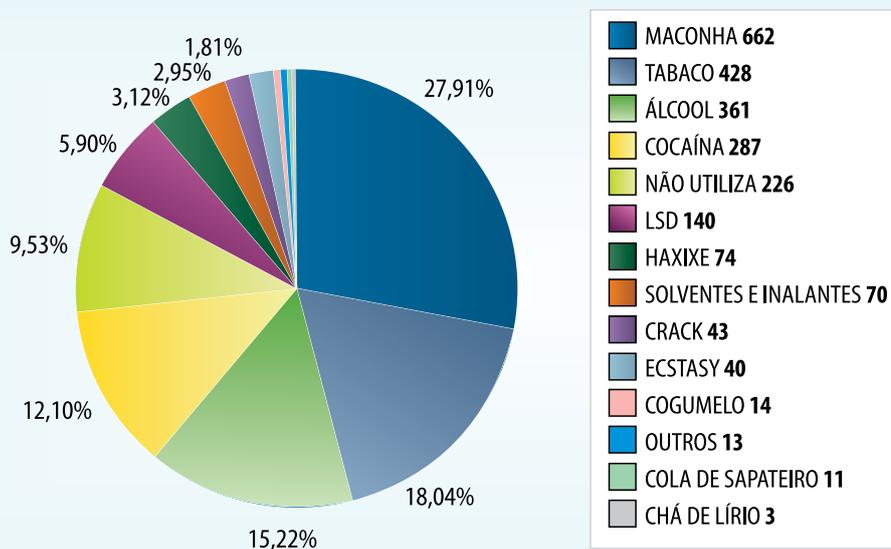
*não informado corresponde aos adolescentes em fase de recepção

■ QUANTIDADE DE ADOLESCENTES POR SITUAÇÃO OCUPACIONAL ANTERIOR

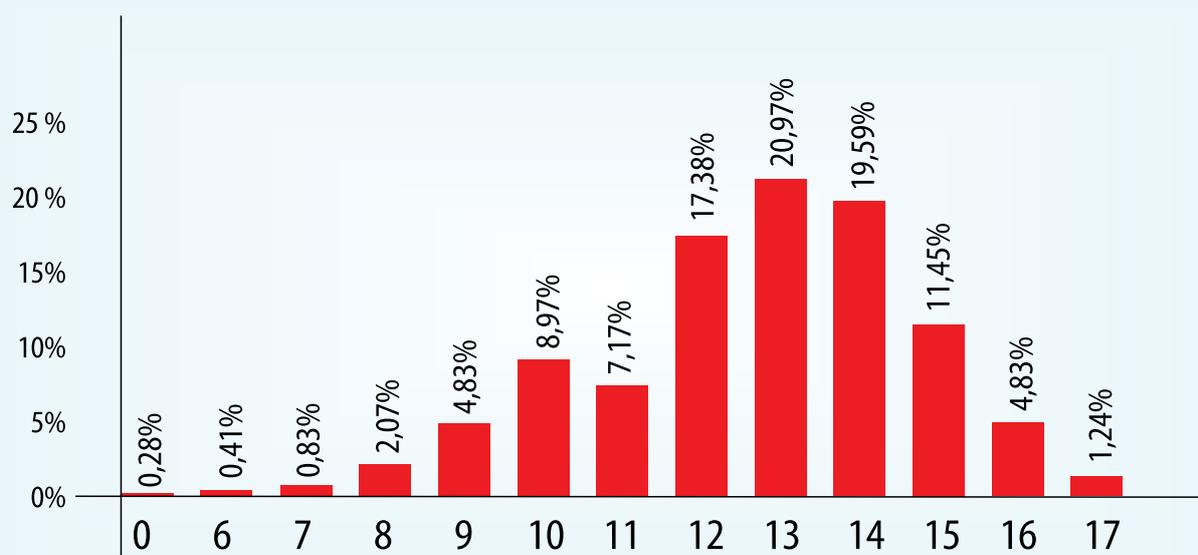


*Autodeclaração do adolescente

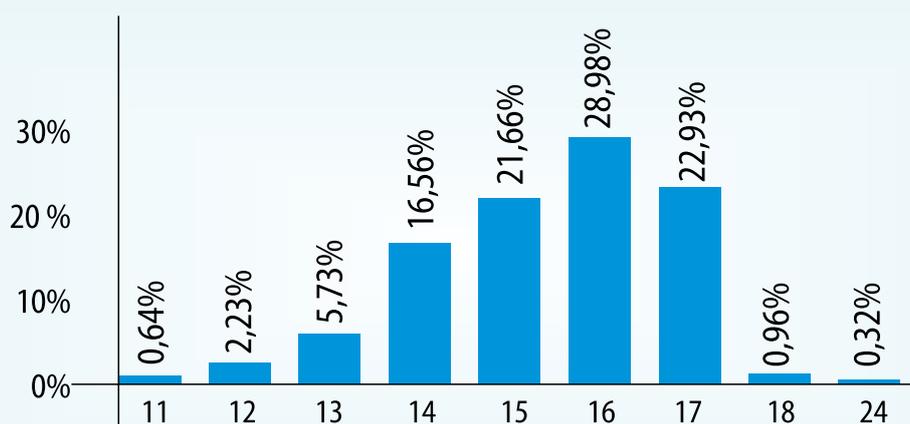
■ ADOLESCENTES POR TIPO DE DROGA (UTILIZADA)



■ IDADE DE INÍCIO NO USO DE DROGAS (POR ADOLESCENTE)

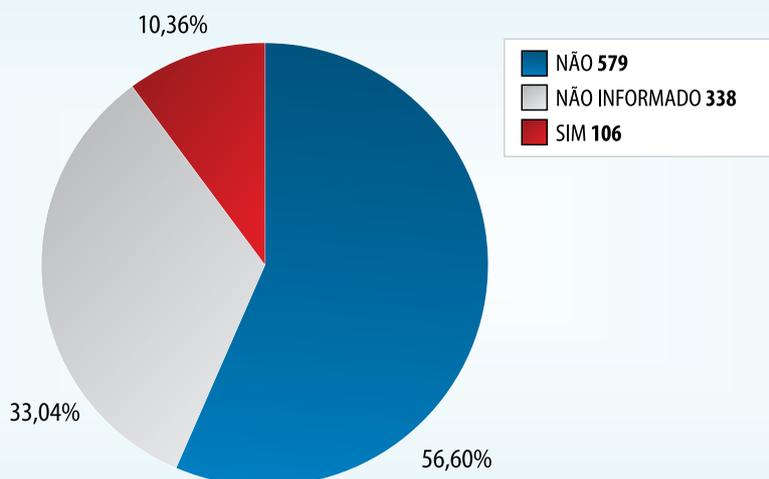


■ IDADE DE FIM DE USO DE DROGAS (POR ADOLESCENTE)



*A idade de fim do uso de drogas pode coincidir com a idade em que o adolescente ingressou na unidade socioeducativa

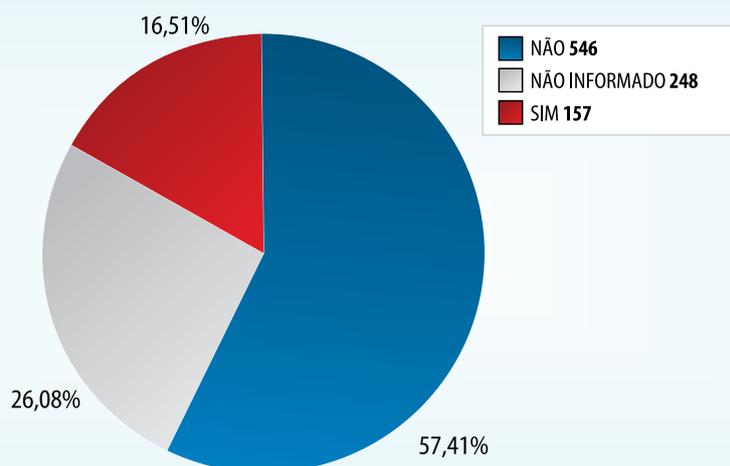
■ REALIZOU TRATAMENTO PARA O USO DE DROGAS?



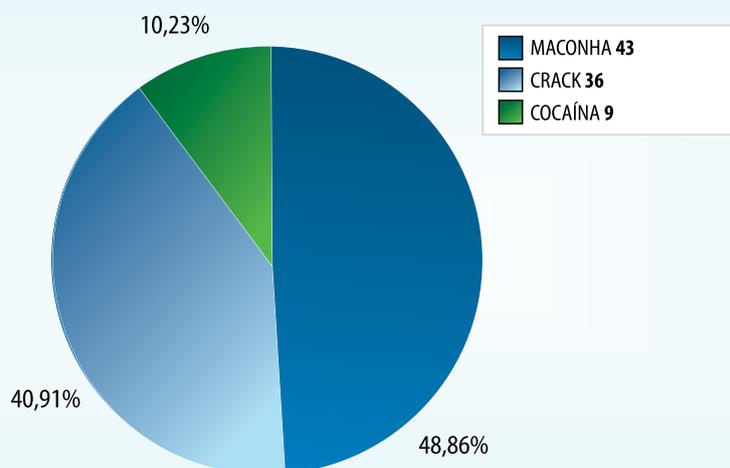
■ ADOLESCENTES POR LOCAL DO TRATAMENTO (DROGAS)



■ INTEGRANTE(S) DA FAMÍLIA COM PROBLEMAS COM ÁLCOOL OU DROGAS

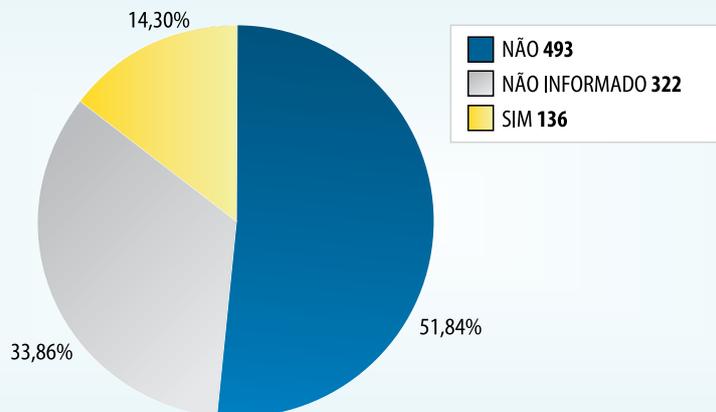


■ ADOLESCENTES COM DROGA COMPATÍVEL COM PRESUNÇÃO DE USO

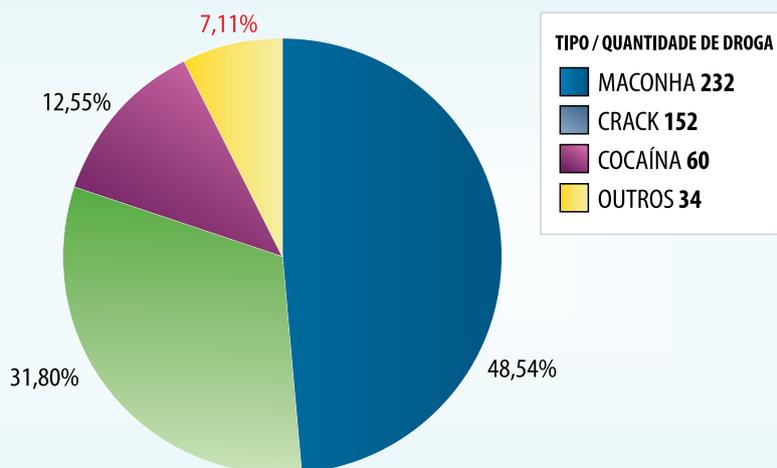


-*GOMES, MARIA TEREZA UILLE. ESTUDO TÉCNICO PARA SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS SOBRE INFORMAÇÕES DO REQUISITO OBJETIVO DA LEI 11.343/2006. SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS, CURITIBA, 2014. DISPONÍVEL EM <WWW.POLITICASOBREDROGAS.PR.GOV.BR>.

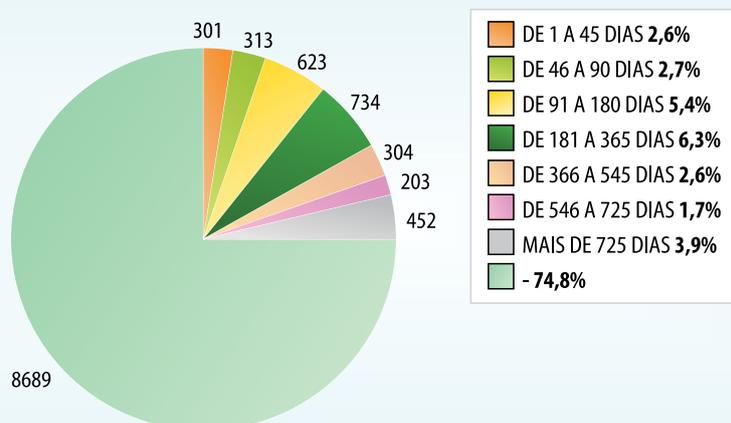
HIPÓTESE DIAGNÓSTICA DE TRANSTORNO MENTAL



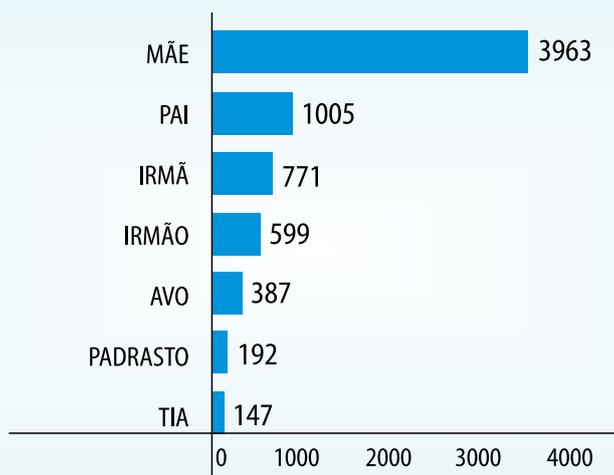
QUANTIDADE DE PROCESSOS POR TIPO E QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA



ADOLESCENTES POR TEMPO APREENDIDO



■ VISITAS POR PARENTESCO





PROGRAMA DE EDUCAÇÃO NAS UNIDADES DE SOCIOEDUCAÇÃO DO PARANÁ – PROEDUSE

O programa de Educação nas Unidades de Socioeducação (PROEDUSE) tem como objetivo garantir a escolarização básica para adolescentes que cumprem medida socioeducativa, além de inseri-los na modalidade de ensino mais adequada após o término ou progressão da medida.

Realizado em parceria entre a Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, o programa é ofertado em 18 Centros de Socioeducação.

Atualmente aproximadamente 250 profissionais da SEED, dentre eles professores, pedagogos e agentes de apoio atuam no programa.

Todos os adolescentes que cumprem medida socioeducativa estão matriculados em um dos níveis de ensino da Educação Básica. A modalidade ofertada atualmente nos CENSES é a Educação de Jovens e Adultos.

Os adolescentes que cumprem medida socioeducativa nas Casas de Semiliberdade são matriculados nos estabelecimentos de ensino da rede estadual de educação, próximos às Unidades.

Exames Online

A oferta dos Exames Estaduais de Educação de Jovens e Adultos é destinada àqueles (as) que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria. O Exame é realizado para pleitear certificação no nível de conclusão do Ensino Fundamental para quem tem no mínimo 15 (quinze) anos completos e, para o nível do Ensino Médio, ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos no ato das inscrições para as provas.

Os candidatos realizam as provas, por disciplina, nos Centros de Socioeducação, credenciados para este fim ou nos estabelecimentos da rede estadual de ensino. No ano de 2016, os adolescentes dos Centros de Socioeducação realizaram provas de diferentes disciplinas nas diferentes Etapas do Exame.

Exame Nacional do Ensino Médio ENEM

O Exame Nacional do Ensino Médio para pessoas privadas de liberdade (Enem/PPL) foi realizado nos Centros de Socioeducação (CENSES) nos dias 13 e 14 de dezembro de 2016. Neste ano de 2016 foram inscritos 135 adolescentes. Os participantes realizaram as provas que envolvem questões de Ciências Humanas e suas Tecnologias e Ciência da Natureza e suas Tecnologias, além de questões de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Redação, Matemática e suas Tecnologias. Participaram desta edição do ENEM, adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação nas Unidades de Campo Mourão, Cascavel II, Fazenda Rio Grande, Foz do Iguaçu, Joana Richa em Curitiba, Laranjeiras do Sul, Londrina II, Maringá, Paranavaí, Ponta Grossa, Santo Antonio da Platina, São Francisco, Toledo e Umuarama.

A pontuação no exame poderá ser utilizada pelos candidatos em programas como Sistema de Seleção Unificada (Sisu), para vagas em Universidades Públicas e o Programa Universidade para Todos (ProUni), para vagas em instituições particulares. O Enem também classifica os melhores candidatos para bolsas de intercâmbio através do programa Ciências sem Fronteira e para contratos com o Financiamento Estudantil (Fies).

“Defasagem escolar estimula revisão do sistema de ensino socioeducativo

23/03/2016 - Conselho Nacional de Justiça

Os poucos adolescentes no país que cumprem medida socioeducativa de internação e obtiveram sucesso no Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade (Enem PPL 2015) lutam agora pela oportunidade de cursar uma faculdade e assegurar um futuro melhor. Mas a baixa escolaridade impede avanços. Dos 21.823 menores em unidades socioeducativas no país, 3.043 se inscreveram para a prova em 2015 e, ao que se tem notícia, apenas 36 conseguiram aprovações por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU) (Veja quadro abaixo).

Por conta disso, segundo o coordenador-geral do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo da Secretaria dos Direitos Humanos (SDH), Cláudio Vieira, o governo deve adotar em breve, por meio de resolução que está em fase de homologação, diretrizes específicas para o sistema de ensino socioeducativo, com escolarização seriada e integral, e não apenas pelo sistema de Educação de Jovens e Adultos (EJA). “A escolarização dos jovens é muito baixa. Em geral, quando eles chegam ao sistema socioeducativo, já foram expulsos primeiro da família e depois do sistema de ensino”, afirmou Vieira. Na opinião do coordenador-geral, a reinserção social dos menores passa necessariamente pela escolarização. “Ainda é um tema que temos muito a superar, mas temos avançado bastante nisso, com a criação, por exemplo, de carreiras específicas para professores no sistema socioeducativo”, observou.

APROVADOS NO SISU VIA ENEM PPL



Em Pernambuco, por exemplo, de acordo com informações da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase), dos 74 socioeducandos inscritos no Enem PPL 2015, 35 desistiram. Na Bahia, nenhum menor participante obteve pontuação para ingressar na Universidade pelo SISU. Mesmo assim, as notas dos candidatos internados em alguma das Comunidades de Atendimento Socioeducativo subiram na redação e na pontuação final. Resultado do esforço de educadores da Fundação da Criança e do Adolescente do Estado da Bahia (Fundac), que incentivam o adolescente que deixa as unidades de internação a continuar com os estudos em liberdade. De acordo com a Coordenação de Educação da Fundac, a rotatividade de alunos que entram e saem das unidades de internação impede um melhor desempenho nas provas do Enem.

O diretor do Departamento de Atendimento Socioeducativo (DEASE) do Paraná, Pedro Ribeiro Giamberardino, observa que apesar de todo esforço, os profissionais do órgão não conseguiram que um adolescente se matriculasse no curso para o qual fora aprovado no SISU, após ser liberado pela Justiça. “O adolescente foi aprovado, porém, foi desinternado antes do processo de inscrições para o SISU. A equipe da Unidade prestou todas orientações para que realizasse sua inscrição, porém, ele não conseguiu a vaga”, relatou Giamberardino.

O trabalho da equipe resultou na aprovação de um dos 145 jovens internados que prestaram o Enem. O adolescente de 18 anos cursa atualmente Ciências Contábeis em uma faculdade de Curitiba. “Ele permanece na unidade durante o dia, vai ao curso com veículo oficial sem constrangimento no local de estudo e posteriormente retorna para pernoite. O adolescente cursa a faculdade no horário das 19h às 22h45”, afirmou o diretor do DEASE. Pelo desempenho de outros 31 adolescentes internados no Enem PPL, os jovens receberão o certificado de conclusão do ensino médio.

Novos hábitos - Na avaliação de internos e professores, além de ser uma oportunidade para o ingresso ao ensino superior, o Enem PPL tem contribuído para outros resultados importantes como a obtenção de certificados de conclusão do ensino médio ou a simples mudança de hábito.

Internado há um ano e quatro meses na Unidade de Internação do Recanto das Emas (Unire) pela acusação de roubo, L.F., 19 anos, conseguiu o certificado de conclusão do Ensino Médio por meio da pontuação no Enem PPL, após se dedicar em uma rotina de estudos bem diferente do contexto de tráfico de drogas em que estava inserido antes de cumprir a medida socioeducativa. “Aqui amadureci bastante, não tiro só como atraso de vida, mas como experiência”, disse L.F., que pretende prestar o Enem novamente este ano com objetivo de obter pontuação suficiente para o curso de Antropologia ou Filosofia em universidades federais. Além da rotina de estudo diário na unidade socioeducativa, o jovem ressalta que o hábito da leitura – três horas por dia durante o banho de sol matinal – foi um fator que o ajudou bastante no bom desempenho na prova. “Ganhei um livro de Machado de Assis de presente de um agente, e o hábito da leitura me ajudou muito na questão do vocabulário”, afirmou.

“Lá fora não tinha rotina certa, fumava maconha, roubava, traficava. Agora quero procurar emprego, passar em um concurso, ter uma mulher, um filho, coisas que antes eu achava que era pouco, mas agora eu vi que é tudo”, disse M.S., 18 anos, que conseguiu uma bolsa parcial pelo ProUni no curso de Educação Física em uma faculdade de Taguatinga, cidade do Distrito Federal.

Para cursar a universidade, os jovens precisam de autorização do juiz, que decide conforme o caso, dependendo do comportamento e tempo de pena cumprido, dentre outros critérios. “Se não tiver autorização para fazer a faculdade, não vou desistir, vou tentar de novo, quem sabe uma nota maior”, afirmou o jovem V.W., que cumpre medida socioeducativa há dez meses e foi aprovado em Tecnologia da Informação pelo ProUni.

Sistema socioeducativo– Diferentemente das condenações impostas a adultos por algum crime, as medidas socioeducativas são avaliadas periodicamente pela Justiça, podendo ser extintas ao longo do período de três anos, prazo máximo da medida de internação. Conforme a avaliação feita pelos juízes responsáveis pelo acompanhamento das medidas socioeducativas, os adolescentes podem também progredir da internação para a semiliberdade, por exemplo. A peculiaridade do sistema socioeducativo afeta os serviços de educação prestado dentro das unidades.

Em unidades de internação, pode-se instalar uma escola ou um núcleo de educação, com aulas e anos letivos regulares. Nas unidades de internação provisória, onde adolescentes apreendidos por atos infracionais podem permanecer durante no máximo 45 dias, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), não existe essa possibilidade. Em unidades de semiliberdade, os adolescentes são matriculados e estudam nas escolas mais próximas das casas de semiliberdade – em alguns casos, são oferecidas atividades educacionais no contraturno.

Universidade nos Presídios - Para aproximar as instituições de ensino superior e o sistema prisional, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) desenvolve projeto para a qualificação de internos e ações de estágio, pesquisa, extensão e residência multiprofissional. O projeto, em fase de implantação no sistema carcerário do Espírito Santo, faz parte do terceiro eixo do Programa Cidadania nos Presídios, lançado no estado pelo CNJ, no final de 2015.”

PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO CURSOS DO PRONATEC NAS UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS

No mês de Setembro de 2015 tiveram início, nas Unidades de Atendimento Socioeducativo, a oferta dos cursos do PRONATEC. Os cursos foram realizados até o mês de fevereiro de 2016.

Os cursos ofertados possuem carga horária de 160 horas e foram executados pelo SENAI atendendo 12 unidades em todo o Estado, sendo: CENSE Maringá, CENSE Laranjeiras do Sul, CENSE Londrina II, CENSE Joana M. Richa, CENSE Toledo, CENSE Santo Antônio da Platina, CENSE Cascavel II, CENSE Campo Mourão, CENSE Pato Branco, CENSE Fazenda Rio Grande, CENSE São Francisco e CENSE Umuarama.

Foram ofertadas diversas opções de cursos, dentre eles, Libras, Almoхарife, Montador de Eletrodomésticos e Panificação.

É importante destacar que a oferta de cursos do PRONATEC possibilita aos adolescentes a aproximação com o mercado de trabalho e garante seu direito à qualificação profissional.

CURSOS E VAGAS OFERTADOS 2015/2016

MUNICÍPIO	CURSO	CARGA HORÁRIA	UNIDADE	VAGAS
FAZENDA RIO GRANDE	Almoхарife	160 horas	CENSE - FAZENDA RIO GRANDE	20
SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	Auxiliar de arquivo	160 horas	CENSE - SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	20
PATO BRANCO	Auxiliar de arquivo	160 horas	CENSE - PATO BRANCO	20
LONDRINA II	Mecânico de freios, suspensão e direção de veículos leves	160 horas	CENSE - LONDRINA II	20
TOLEDO	Desenhista de móveis	160 horas	CENSE - TOLEDO	20
MARINGÁ	Mecânico de freios, suspensão e direção de veículos leves	160 horas	CENSE - MARINGÁ	20
MARINGÁ	Eletricista de automóveis	160 horas	CENSE - MARINGÁ	20
LARANJEIRAS DO SUL	Assistente administrativo	160 horas	CENSE - LARANJEIRAS DO SUL	20
LARANJEIRAS DO SUL	Operador de computador	160 horas	CENSE - LARANJEIRAS DO SUL	20
UMUARAMA	Auxiliar de arquivo	160 horas	CENSE - UMUARAMA	20
CURITIBA	Língua brasileira de sinais (LIBRAS) - básico	160 horas	CENSE - JOANA MIGUEL RICHА	20
CASCADEL	Operador de computador	160 horas	CENSE - CASCADEL II	20
CASCADEL	Eletricista de automóveis	160 horas	CENSE - CASCADEL II	20
CAMPO MOURÃO	Montador de equipamentos eletroeletrônicos	200 horas	CENSE - CAMPO MOURÃO	20
PIRAQUARA	Padeiro	200 horas	CENSE - SÃO FRANCISCO	20
TOTAL				300

Qualificação Profissional Básica

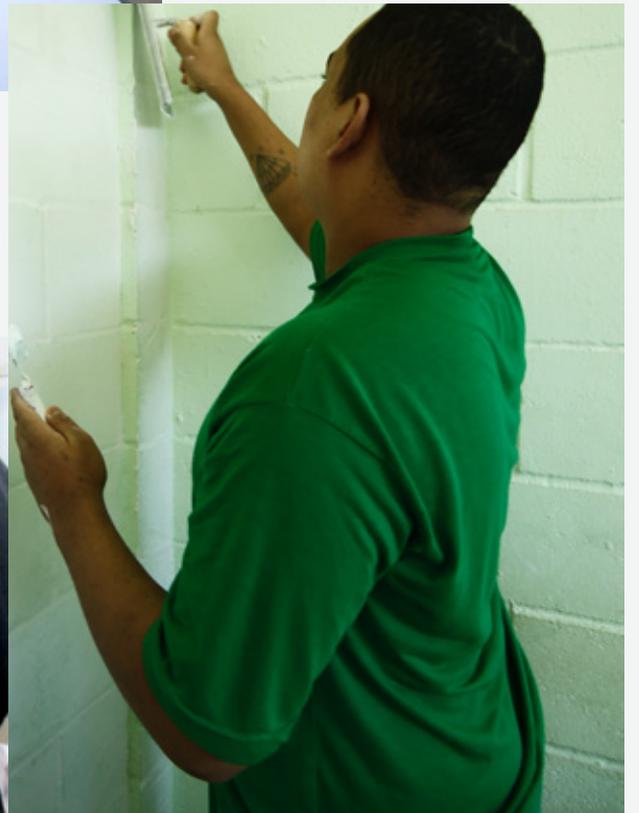
OFERTA E EXECUÇÃO: EMPRESA CTT – TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO PESSOAL RECURSOS: R\$3.848.999,99 DO FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (FIA)

Os Cursos de Qualificação Profissional Básica, em 2016, foram ofertados nas Unidades Socioeducativas em todo o Estado e o objetivo desta ação é propiciar qualificação profissional básica a todos os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação e semiliberdade, através da oferta de cursos nas próprias unidades socioeducativas, que tematizem tópicos básicos sobre juventude e mundo do trabalho, além dos conteúdos específicos de cada atividade profissional, oferecendo-lhes oportunidades de desenvolvimento pessoal e social para que possam reconstruir um caminho para o exercício pleno da cidadania.

Na edição atual, estão sendo ofertadas 23 opções de cursos: Almojarife, Arquivador, Auxiliar Administrativo com Ênfase em Informática, Auxiliar de Cabeleireiro, Chapeiro, Colocação de Gesso, Colocação de Pisos e Azulejos, Conserto de Eletrodomésticos, Corte e Costura, Customização de Roupas e Acessórios, Garçom, Hidráulica, Informática Básica com Open Office e Windows, Jardinagem, Manicure e Pedicure, Manutenção e Montagem de Microcomputadores, Maquiador, Panificação, Pequenos Reparos, Pintura de Faixas e Cartazes, Recepção e Atendimento, Recepcionista de Hotéis, Texturização e Pintura Decorativa. Ao final de cada curso foram realizadas formaturas para a entrega dos certificados aos adolescentes. A oferta atual, que se estenderá até março de 2017, prevê a realização de 456 turmas ao longo de 12 meses.

CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - UNIDADES DE INTERNAÇÃO E CASAS DE SEMILIBERDADE

UNIDADE	NÚMERO DE TURMAS QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
CENSE CAMPO MOURÃO	16
CENSE CASCAVEL	64
CENSE FAZENDA RIO GRANDE	16
CENSE FOZ DO IGUAÇU	32
CENSE JOANA RICHA	16
CENSE LARANJEIRAS DO SUL	32
CENSE LONDRINA II	32
CENSE MARINGÁ	20
CENSE PARANAÍ	12
CENSE PATO BRANCO	8
CENSE PONTA GROSSA	32
CENSE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	12
CENSE SÃO FRANCISCO	52
CENSE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	20
CENSE TOLEDO	12
CENSE UMUARAMA	12
SEMILIBERDADE CASCAVEL	6
SEMILIBERDADE CURITIBA - FEMININA	6
SEMILIBERDADE CURITIBA - MASCULINA	8
SEMILIBERDADE FOZ DO IGUAÇU	18
SEMILIBERDADE LONDRINA	6
SEMILIBERDADE PARANAÍ	6
SEMILIBERDADE PONTA GROSSA	12
SEMILIBERDADE UMUARAMA	6
TOTAL	456



ORGANIZAÇÃO DOS CURSOS - CENTROS DE SOCIOEDUCAÇÃO UNIDADES DE INTERNAÇÃO			
1º CICLO TRIMESTRAL	2º CICLO TRIMESTRAL	3º CICLO TRIMESTRAL	4º CICLO TRIMESTRAL
2 encontros semanais 3h cada encontro Duração: 10 semanas	2 encontros semanais 3h cada encontro Duração: 10 semanas	2 encontros semanais 3h cada encontro Duração: 10 semanas	2 encontros semanais 3h cada encontro Duração: 10 semanas

ORGANIZAÇÃO DOS CURSOS - CASAS DE SEMILIBERDADE					
1º CICLO BIMESTRAL	2º CICLO BIMESTRAL	3º CICLO BIMESTRAL	4º CICLO BIMESTRAL	5º CICLO BIMESTRAL	6º CICLO BIMESTRAL
3 encontros semanais 3h cada encontro Duração: 7 semanas					

CICLOS, TURMAS E CERTIFICAÇÕES

CICLO 1 - ABRIL A JUNHO

Total de turmas: 93
 Certificados emitidos: 428
 Declarações emitidas: 195
TOTAL: 623

CICLO 2 - JULHO A SETEMBRO

Total de turmas: 102
 Certificados emitidos: 424
 Declarações emitidas: 225
TOTAL: 649

CICLO 3 - OUTUBRO A DEZEMBRO

Total de turmas: 166 (outubro - 56 / novembro - 55 / dezembro - 55)
 Certificados emitidos: 417
 Declarações emitidas: 307
TOTAL: 724



ESPORTE, CULTURA E LAZER

PROJETO ARTE E AÇÃO OFERTA E EXECUÇÃO: UP IDEIAS. RECURSOS: R\$415.09,76 DO FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (FIA)

Com vistas à implementação dos planos de ação pedagógica de atendimento das Unidades Socioeducativas do Estado, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente e com o SINASE, foram ofertadas atividades de cultura, esporte e lazer, buscando contribuir com o desenvolvimento pessoal e social dos adolescentes.

Para propiciar a garantia ao direito à cultura, esporte e lazer para os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas foi reformulada e implementada uma nova modalidade de oferta de oficinas culturais, nas próprias unidades. Esta é uma estratégia que procura atender as especificidades, inclusive no que se refere ao acesso à diferentes formas de expressão, aquisição de autonomia e desenvolvimento de habilidades.

Desta forma, o Projeto Arte e Ação surge em 2016, frente ao desafio da execução de uma proposta específica de oferta de atividades de cultura, esporte e lazer de âmbito estadual, que foram ofertadas ao longo do ano, com concentração de oficinas culturais e esportivas em períodos de férias e recesso escolar e mostras artísticas e culturais em todas as Unidades Socioeducativas. A edição atual se estenderá até abril de 2017, sendo objeto de nova licitação para o período subsequente.

O Projeto Arte e Ação é uma complementação à educação formal da SEED e possibilita acesso ao esporte, cultura e lazer aos adolescentes do sistema Socioeducativo do Estado do Paraná, articulado a todo o conjunto de ações estratégicas que contribuam na construção de um novo projeto pessoal, despontando, sobretudo, a aproximação ainda maior do sistema socioeducativo de atendimento do Estado do Paraná às diretrizes preconizadas no Estatuto da Criança e do Adolescente e no SINASE.

1. OBJETIVO GERAL

Ofertar atividades de acesso à cultura, esporte e lazer aos adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de internação, internação provisória e semiliberdade, através da oferta de oficinas e mostras culturais, nas Unidades Socioeducativas e Casas de Semiliberdade.

2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Propiciar oferta de atividades culturais, esportivas e de lazer nas Unidades Socioeducativas;
- Estimular a participação dos adolescentes em atividades de cultura, esporte e lazer nos espaços das Unidades Socioeducativas;
- Fornecer instrumentos necessários para que o adolescente tenha garantido seu acesso à atividades de cultura, esporte e lazer.

3. METODOLOGIA

Ao longo do período de execução da ação são ofertadas oficinas de cultura esporte e lazer, num total de 12 oficinas em cada Unidade Socioeducativa e Casas de Semiliberdade, conforme tabela abaixo e atendendo o número de turmas indicado, de acordo com as especificidades de cada Unidade e, priorizando os períodos de recesso e férias escolares. Foram ofertadas, também, 5 mostras/intervenções culturais em cada Unidade Socioeducativa e Casas de Semiliberdade. A carga horária de cada oficina foi de 5 horas semanais, para cada grupo de adolescentes, sendo que as turmas foram distribuídas levando em conta o porte da Unidade e Casa de Semiliberdade. Deste modo, cada adolescente teve 60 horas de atividade nesta modalidade, caso tenha participado integralmente da oferta. As Mostras e Intervenções Culturais têm duração de aproximadamente 2 horas para cada grupo de adolescentes.

4. TEMÁTICAS DAS OFICINAS

EIXO I: TEATRO

- IMPROVISAÇÃO I
- INTERPRETAÇÃO I
- EXPRESSÃO CORPORAL I
- MAQUIAGEM E CARACTERIZAÇÃO

EIXO II: CINEMA

- NOÇÕES BÁSICAS DE AUDIOVISUAL

EIXO III: DANÇA

- DANÇA I
- DANÇA II

EIXO IV: MÚSICA

- MUSICALIZAÇÃO

EIXO V: ESPORTE

- ATLETISMO I
- CAPOEIRA I
- CAPOEIRA II

5. TEMÁTICAS DAS MOSTRAS E INTERVENÇÕES CULTURAIS

- CINEMA
- TEATRO
- CIRCO
- CAPOEIRA
- MÚSICA

6. TURMAS 2016 – Projeto Arte e Ação

Total de turmas por oficina: 120 turmas de cada Oficina

Total de Turmas das oficinas ofertadas, nesta edição, nas Unidades Socioeducativas: 1.440 turmas

Total de Mostras/Intervenções Culturais: 135 Mostras





Projeto Karatê
no CENSE



PROJETO KARATÊ NAS UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS
OFERTA E EXECUÇÃO: ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL (ADDES).
RECURSOS: R\$1.058.614,00 DO FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (FIA)

O projeto Karatê nos CENSES foi executado, em 2016, pela Associação Educacional de Desenvolvimento Humano e Social – ADDES. O projeto desenvolve atividades voltadas à prática do Karatê nos Centros de Socioeducação e nas Casas de Semiliberdade de todo o Estado e a edição atual se estenderá até fevereiro de 2017.

O projeto tem como principal objetivo “Contribuir para um processo de construção e reconstrução de projetos de vida, estimular a redução da exposição do adolescente em situação de risco social, proporcionando o contato com a prática esportiva e cultural, através de ações socioeducativas, garantindo à integração social e a defesa dos direitos a cidadania, além de contribuir para a reinserção na sociedade.”

O projeto proporciona uma atividade de desenvolvimento físico, mas principalmente o acesso a uma filosofia de vida com valores fortes e expressões de limites e disciplina, para contribuir na formação de suas personalidades.

Os adolescentes participam do Projeto num período de 2 horas semanais. Nas aulas, os adolescentes são assistidos por professores de Karatê da ADDES e educador(es) social(is) dos Centros de Socioeducação e Casas de Semiliberdade. São ofertados saberes teóricos e práticos na área do Karatê Tradicional, considerando toda a base filosófica desta arte marcial, bem como o objetivos de fazer deste aprendizado uma estratégia eficaz de defesa de direitos, reconstrução de vínculos e desenvolvimento de novos projetos de vida.

Em 2013/2014, aconteceu a 1ª edição do Projeto, que contou com a participação de aproximadamente 300 adolescentes, nos Censes de Campo Mourão, Joana Richa (feminino), Laranjeiras do Sul, Paranavaí, São Francisco, Umuarama, e nas Casas de Semiliberdade de Curitiba e Joana Richa. O reconhecimento dos resultados obtidos no ano de 2013 assegurou a continuidade do projeto em 2014 e sua expansão.

A segunda edição do Projeto, da qual participaram 4.236 adolescentes, atingiu todas as 15 unidades de internação e 08 casas de Semiliberdade do Paraná. Para 2017 avançaremos para 26 unidades do Estado.

1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Propiciar ações socioeducativas interativas, democráticas, que garantam o direito à permanência e ao conhecimento;
- Propiciar a prática consciente de atividades esportivas, recreativas, educativas e culturais;
- Promover a integração social e o desenvolvimento de suas potencialidades;
- Propiciar aos adolescentes acesso a atividades educativas e culturais de lazer e que contribuam para seu crescimento pessoal e social;
- Proporcionar a formação de hábitos de higiene e através da prática esportiva;
- Estimular a cidadania e a participação social dos jovens.

Os participantes tiveram a oportunidade, através de atividades contextualizadas e integradas, de acesso aos lemas do Karatê e a noções de valores e limites.

Estes valores são de grande importância nessa faixa etária em que transitam da adolescência para a vida adulta, visando uma melhor qualidade de vida e participação cidadã.

A metodologia proposta pela ADDES apresenta objetivos e programação detalhada das ações socioeducativas com atividades teóricas e práticas que envolvem quatro temas transversais, cuidadosamente selecionados por sua relação com a juventude e relevância para o processo de formação do jovem.

Os lemas e temas trabalhados foram selecionados pelos professores, de forma a atender as maiores necessidades do público participante na unidade em que estão atuando. Ao longo do Projeto, foram trabalhados os 5 lemas do Karatê, bem como os 4 temas transversais.

2. TEMAS TRANSVERSAIS:

De forma a tornar ainda mais contextualizada tal experiência, os lemas são trabalhados em conjunto com temas transversais, que permitem a reflexão e preparo do adolescente para um processo de reinserção na sociedade. A escolha dos temas transversais é orientada pela equipe técnico pedagógica da ADDES e efetuada por cada professor.

Os temas trabalhados foram:

- Esporte e Lazer
- Cidadania e Sociedade
- Meio Ambiente
- Saúde

3. INSTRUTORES

Os instrutores contratados para ministrar as aulas são profissionais que tem experiência em trabalhos com o público do projeto, com um perfil de educador e que possuam capacidade de doação e cooperação.

Os instrutores de Karatê são filiados à Federação Paranaense de Karatê Tradicional e devem ter participado do Curso de Instrutores de Karatê Tradicional.

A equipe de instrutores é acompanhada por três técnicos pedagógicos e um Coordenador Geral do projeto, o que permite um trabalho articulado e qualificado em todas as regiões do Estado.

UNIDADES	PROJETO KARATÊ ADOLESCENTES PARTICIPANTES - 2016					
	CENTROS DE SOCIOEDUCAÇÃO			CASAS DE SEMILIBERDADE		
	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE
CAMPO MOURÃO	47	43	44	-	-	-
CASCABEL I	-	-	-	11	06	04
CASCABEL II	152	121	127			
CURITIBA	-	-	-	46	29	8
FAZENDA RIO GRANDE	50	39	38	-	-	-
FOZ DO IGUAÇU	27	12	119	28	11	18
JOANA RICHA	93	70	73	7	16	16
LARANJEIRAS DO SUL	173	143	120	-	-	-
LONDRINA I	-	-	-	27	19	22
LONDRINA II	117	78	98			
MARINGÁ	119	88	88	-	-	-
PARANAÍ	51	42	50	41	32	20
PATO BRANCO	46	32	38	-	-	-
PONTA GROSSA	111	92	112	22	17	29
SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	46	31	27	-	-	-
SÃO FRANCISCO	177	66	55	-	-	-
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	74	126	133	-	-	-
TOLEDO	45	36	35	-	-	-
UMUARAMA	34	29	25	28	21	17

PARTICIPAÇÕES 2016 – PROJETO KARATÊ

Total de adolescentes que participaram do Projeto:

FEVEREIRO A MAIO (TRIMESTRE)

1565 adolescentes

Média mensal de participantes no trimestre: 424 adolescentes

Total de adolescentes que participaram do Projeto:

JUNHO A AGOSTO (TRIMESTRE)

1183 adolescentes

Média mensal de participantes no trimestre: 411 adolescentes

SETEMBRO A NOVEMBRO (TRIMESTRE)

1316 adolescentes

Média mensal de participantes no trimestre: 453 adolescentes





RECURSOS HUMANOS

O quadro atual de recursos humanos relativo ao Departamento de Atendimento Socioeducativo consiste em 1295 servidores. Visando o atendimento integral em saúde, e com a finalidade de suprir os déficits de profissionais, objetivando também melhorias no âmbito da saúde física e mental, efetuou-se a contratação de profissionais através de Processo Seletivo Simplificado (PSS), sob Edital nº07/2016, e com o ingresso dos novos profissionais (médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem, estes específicos da área de saúde) nas unidades socioeducativas, a Divisão de Saúde vem realizando conversas/reuniões de orientação junto às equipes de saúde. No ano de 2016 efetivou-se, portanto, a nomeação de 46 profissionais das áreas de saúde, de um total de 71, que resultou no seguinte quantitativo:

QUADRO DE PESSOAL EFETIVO E PSS / FEVEREIRO DE 2017

UNIDADE	Agente de Apoio					Agente de Execução							Agente Profissional						TOTAL	
	MOTORISTA	AUX. ADMINISTRATIVO	AUX. DE SAÚDE	AUX. OPERACIONAL	AUX. DE MANUTENÇÃO	EDUCADOR SOCIAL	TÉC. ADMINISTRATIVO	TÉC. DE ENFERMAGEM	AUX. DE ENFERMAGEM	ADMINISTRADOR OU PNS	ASSISTENTE SOCIAL	PSICÓLOGO	PEDAGOGO	PROF. NÍVEL SUPERIOR	SOCIÓLOGO	MÉDICO	ENFERMEIRO	ODONTÓLOGO		TERAP. OCUPACIONAL
CAMPO MOURÃO						21	1	2	1		2	1	1		1		1			31
CASCADEL I	1					21	1	2	1		2	1					1			30
CASCADEL II	1				1	56	4	1	2	1	4	2					1	1	1	75
CASCADEL SEMI						15	1				1	1								18
CURITIBA	5			4	1	84	5	1	4	1	6	6	1	1		2	1		1	123
CURITIBA SEMI	1					20	1				1	1	1							25
FAZENDA RIO GRANDE	2				1	25	1	1	2	1	2	1	1							37
FOZ DO IGUAÇU	2		1		1	73	3		2		5	5	1				1	1	1	97
FOZ DO IGUAÇU SEMI						15	1				1	1								18
JOANA RICHA	2	1	1	4		32	1		1	1	2	1	1							47
JOANA RICHA SEMI	1			1		9					1	1							1	14
LARANJEIRAS DO SUL						64	5		3		2	3	1						1	79
LONDRINA I	3				1	56	1		3	1	4	3	1	1	1	1	1	1	1	79
LONDRINA II	2			1	1	50	2	1	4	1	3	3	1			2	1	1	1	74
LONDRINA SEMI	1					19	1					1		1						23
MARINGÁ	5				1	62	2	1	3	1	4	5	1				1		1	87
PARANAÍ	1				1	22	1	4			1	1								31
PARANAÍ SEMI	1					13	1				1									16
PATO BRANCO					1	21	1	2			1	1	1							28
PONTA GROSSA	2			2	1	65	5	1	1	1	2	3	1			1	1	1	1	88
PONTA GROSSA SEMI	1			3		12	2				1	1	1							21
SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	1				1	20	2		1		1	1	1			1				28
SÃO FRANCISCO	3	3	1	4	2	51	2	1	2	1	3	2	1					1		78
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	1			1		62	2		2		2	2						1	1	74
TOLEDO	1				1	25	1	2	1		1	1	1				1			35
UMUARAMA	2					17	1	4			2	1	1				1			29
UMUARAMA SEMI	1					13					1	1								16
TOTAL	40	4	3	21	14	943	48	23	33	9	56	50	17	3	2	7	11	7	10	1301

LICITAÇÕES

Diversas foram as providências administrativas tomadas pela Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos no ano de 2016. Na tabela abaixo, demonstram-se as principais, com os respectivos valores, que estão adequadamente publicados no site da SEJU e no Portal da Transparência:

- Alimentação – R\$ 6.264.855,00 – Realização de nova licitação com melhorias contratuais para fiscalização e execução do contrato.
- Vestuário – R\$ 1.309.045,17
- Cama e banho – R\$ 525.124,52
- Jogos Recreativos – R\$ 42.896,10
- Material Escolar – R\$ 159.836,00
- Material Esportivo – R\$ 123.521,26
- Controle de Pragas – R\$ 56.718,64
- Aquisição de aparelhos de ar-condicionado – R\$ 63.866,90
- Materiais de Consumo para o setor de saúde – R\$ 38.016,44
- Bens permanentes para as enfermarias – R\$ 27.472,81
- Extintores – Recarga e reposição – R\$ 51.102,75
- Coleta de Lixo Hospitalar – R\$ 19.620,24
- Destinação final de colchões usados e inservíveis – R\$ 128.610,00
- Material de Segurança – R\$ 293.288,30
- Materiais de consumo de saúde – R\$ 56.897,50
- Mobiliário de escritório para as Unidades – R\$ 306.377,28

FUNDO ROTATIVO

Em 2016 houve a implantação do Fundo Rotativo nas Unidades Socioeducativas. Em virtude do sucesso desta iniciativa com muito maior celeridade na tramitação dos expedientes inúmeros problemas foram rapidamente solucionados, muitos deles com dificuldades de operacionalização há aproximadamente 10 anos. Ao longo do ano foram aproximadamente R\$600.000,00 em melhorias viabilizados por Fundo Rotativo.

De acordo com Helynton Santos, diretor do CENSE Santo Antônio da Platina, “Graças ao fundo Rotativo disponibilizado pelo Governo de Estado conseguimos diversas pequenas reformas, conserto de aparelhos utilizados na unidade e prestação de pequenos serviços de reparos. Todas atividades desenvolvidas através do fundo foram de extrema importância para o pleno desenvolvimento das atividades desempenhadas neste Centro de Socioeducação e são uma grande conquista para o sistema socioeducativo”.



PRINCIPAIS NORMATIVAS – PROGRAMA DE ATENDIMENTO

No ano de 2016 consolidou-se a 1ª inscrição do Programa de Atendimento Socioeducativo do Estado do Paraná no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) cumprindo a disposição legal do SINASE.

Sua elaboração teve início com a consolidação coletiva do Código de Normas e Procedimentos das Unidades Socioeducativas, que ocorreu em conjunto com a Comissão Interinstitucional formada por representantes do CEDCA, do Poder Executivo, Poder Judiciário, Defensoria Pública, Ministério Público com convite à OAB-PR, a qual submeteu a proposta para consulta pública em novembro/2015 com mais de 300 contribuições. O documento foi aprovado formalmente em março/2016 através da Resolução nº 044/2016 – SEJU e consiste em parte do Programa de Atendimento.

Na sequência submeteu-se à Unidades específicas para redação inicial do Programa de Atendimento, em conjunto com o Departamento de Atendimento Socioeducativo, utilizando-se referenciais de outros estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo), sendo posteriormente submetido às demais Unidades tendo sido consolidada a redação final e aprovada e inscrita no CEDCA por meio da Deliberação nº50/2016.

CENTRAL DE VAGAS

A primeira delas, a Resolução nº20/2016, que otimizou a Resolução nº43/2015, que regulamentou a Central de Vagas dos Centros de Socioeducação e Casas de Semiliberdade do Estado do Paraná. Dentre outras alterações, retificou o Anexo IV da referida Resolução, a fim de seguir a seguinte fórmula de cálculo para ordem da fila de espera:

GRUPOS PARA NATUREZA DO PROCESSO	SIGLA	PONDERAÇÃO
Crimes hediondos (Lei 8.072/90 e alterações), excetuados os praticados sem violência	CH	50
Vida e todas as infrações das quais resulte a morte de forma dolosa ou preterdolosa (não incluídos na situação anterior); contra a dignidade sexual	V,M e S	30
Patrimônio com violência	PV	20
Patrimônio sem violência	P	10
Tráfico	T	5
Outros	O	1

OUTROS	SIGLA	PONDERAÇÃO
Certidão Positiva	C	2
Reiteração (reincidência - Art. 4º §2º)	R	5
Apreendido	A	10

A Resolução nº109/2016, por sua vez, igualmente retificou a supracitada Resolução nº43/2015, a fim de alterar o seu Anexo I, e incluiu o Centro de Socioeducação de São José dos Pinhais na Região 1, com capacidade instalada de 78 adolescentes, sendo 28 de internação provisória e 50 de internação; alterou a capacidade do Centro de Socioeducação São Francisco para 60 adolescentes em internação; e retificou a distribuição das vagas no Centro de Socioeducação Laranjeiras do Sul.



MANUAL DE OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDO ROTATIVO

Em outro vértice, a Resolução nº32/2016 aprovou o Manual de Operacionalização do Fundo Rotativo, que tem como objetivo orientar os Gestores quanto à liberação, distribuição, execução e prestação de contas dos recursos repassados pela Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos - SEJU e Unidades Descentralizadas - UD's, por meio do Programa Fundo Rotativo.

CÓDIGO DE NORMAS E PROCEDIMENTOS DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

No ano de 2016 também foi publicada a Resolução nº44/2016 que aprovou o Código de Normas e Procedimentos das Unidades de Atendimento Socioeducativo do Estado do Paraná. Esse documento prevê as principais regras institucionais, os conceitos de faltas leves, médias e graves, as rotinas de segurança, procedimentos a serem adotados em situações de rotina e em situações de crise, principais atribuições dos servidores, entre outros elementos importantes.

Consiste em importante exigência da Lei nº12594/2012 que, após construção coletiva, foi aprovada formalmente.

SISTEMA PARA CONTROLE E REGISTRO DO PONTO – REGPONTO

Atendendo a Recomendação da Controladoria Geral do Estado, a Resolução nº70/2016 instituiu o Sistema para Controle e Registro do Ponto - REGPONTO para os servidores da SEJU. O registro eletrônico da frequência, a partir de então, passou a ser realizado diariamente pelo servidor, por período, perfazendo um total de 8h (oito horas diárias), compreendendo o horário das 8h30min às 18h, assegurado o intervalo para almoço de 1h, no mínimo. No caso do Agente de Execução que exerce a função de Educador Social, contudo, é considerado o regime de turno de trabalho nos termos do Decreto n.º 2471/2004.

NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE REFEIÇÕES NAS UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS

Por fim, a Resolução nº71/2016 aprovou as “Normas e Procedimentos Para Recebimento e Distribuição de Refeições nas Unidades Socioeducativas”; normatização relativa ao controle dos procedimentos referentes ao fornecimento e controle de qualidade das refeições servidas por empresas terceirizadas ao Sistema Socioeducativo. A regulamentação inclui exigências como a avaliação e autorização do cardápio pela nutricionista; conferência das exigências contratuais no recebimento das refeições, como a conferência de peso e temperatura; estabelecimento de horários de entrega das refeições e relação de providências a serem tomadas na identificação de irregularidades permitindo um melhor fluxo e controle entre o fiscal e o gestor do contrato.



DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

A construção do Código de Normas e Procedimentos das Unidades de Atendimento Socioeducativo ocorreu ao longo de 2015 permeando diversos debates inclusive no tocante aos avanços necessários na política de atendimento de cada unidade. Foi consolidado em três momentos distintos: partiu-se da construção do primeiro documento realizado por equipe de profissionais da socioeducação em 2014, submetendo-o a revisão de Comissão Interinstitucional para avaliação e fortalecimento do Programa de Atendimento Socioeducativo criada em 2015 e posteriormente aberto para consulta pública.

Na referida Comissão Interinstitucional proposta pela SEJU participaram ativamente das discussões representantes do Poder Executivo, representantes do Poder Judiciário, representantes do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, representantes do Ministério Público, representantes da Defensoria Pública, sendo também convidada para todas as reuniões a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Paraná que contribuiu em sua primeira reunião de trabalho.

Dentro deste escopo, após diversas reuniões conjuntas, foi aberto para Consulta Pública em novembro de 2015, obtendo-se mais de 300 contribuições oriundas especialmente dos servidores das unidades socioeducativas. Em análise das referidas propostas, lavrou-se documento final publicado no primeiro trimestre de 2016, por meio da Resolução nº44/2016. Deste modo, a referida normativa complementa os Cadernos de Socioeducação editados em 2006, atualizados em 2010, e que agora passam por nova revisão de acordo com as regras atualmente vigentes.

Após aprovação deste documento e delineamento das diretrizes de cada medida socioeducativa sob responsabilidade do Governo do Estado (internação, semiliberdade e medida cautelar de internação provisória) foi apreciado, na reunião de 22 de julho de 2016, do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, a inscrição do Programa de Atendimento Socioeducativo do Estado do Paraná, conforme exigência do artigo 9 e seguintes da Lei nº 12.594, de 2012. Deste modo, sedimentou-se de modo formal as práticas socioeducativas e a lógica de organização da política de atendimento com a definição de atualização anual do documento.

As estratégias são acompanhadas pela Secretaria de Estado, bem como são formalizadas dentro da atualização do Projeto Político Pedagógico das unidades socioeducativas, a qual deu-se início em 2016 (dentro de prazo bienal previsto para sua atualização), os quais serão submetidos ao CEDCA em março/2017.



SAÚDE

Plano Operativo de Atenção Integral à Saúde do Adolescente em Conflito com a Lei

Atendendo às diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), a Divisão de Saúde do DEASE realizou neste ano reuniões e visitas técnicas às 27 unidades socioeducativas do Estado do Paraná, nos 17 municípios sedes destas unidades.

As reuniões ocorreram com a participação de representante da Divisão de Saúde/DEASE e da SESA, para implantação da Política Nacional de Atenção Integral ao Adolescente em Conflito com a Lei (PNAISARI), cujo objetivo é a articulação do Sistema Único de Saúde (SUS) com o Sistema Socioeducativo (SINASE), que com o advento da Portaria MS nº 1.082 e 1.083/2014 teve suas diretrizes redefinidas.

Desta forma, as reuniões e visitas técnicas tiveram como premissa os esclarecimentos e orientações acerca da elaboração e aprovação dos Planos Operativos Municipais, uma vez que as novas portarias enfatizam a necessidade de ampliar o protagonismo dos municípios na atenção básica dos adolescentes privados de liberdade, estimulando-os a assumirem a execução destas ações e, portanto, prioriza o repasse do incentivo financeiro federal aos municípios, para ações exclusivas a população adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de privação e restrição de liberdade (Internação Provisória, Internação e Semiliberdade).

Dia da Saúde

Em parceria com a SESA, a Divisão de Saúde organizou mutirões de saúde que foram denominados “Dias da Saúde” nas unidades socioeducativas. Para organização deste Dia, foi primordial a realização de reuniões nas unidades socioeducativas, com intuito de apresentar o espaço das unidades aos profissionais parceiros (Secretaria Municipal de Saúde, SESA, entre outros), explanando acerca da importância de atividades diretamente relacionadas ao crescimento e desenvolvimento físico e psicossocial, voltadas ao autoconhecimento e autocuidado, como saúde sexual e reprodutiva, saúde bucal, saúde mental e prevenção ao uso de álcool e outras drogas, prevenção e controle de agravos.

Este ano foram realizados os Dias da Saúde nos seguintes Centros de Socioeducação: Joana Richa, Fazenda Rio Grande, São José dos Pinhais e Laranjeiras do Sul. A proposta é incentivar e orientar todas as unidades socioeducativas a realizarem esta ação no próximo ano.

Atendimentos em Saúde e Vacinação

Todos os adolescentes são atendidos pelas equipes de saúde quando ingressam nas Unidades Socioeducativas, sendo encaminhados para atendimento especializado quando necessário (rede municipal de saúde).

Todos os adolescentes ingressos no Sistema Socioeducativo do Estado do Paraná tem acesso ao calendário vacinal obrigatório.

No ano de 2016 todos os adolescentes tiveram acesso à vacina contra gripe.

Adolescentes do Sexo Feminino

Foram realizadas tratativas com a Secretaria de Estado da Saúde, por meio do Programa Rede Mãe Paranaense e Divisão da Criança e do Adolescente para planejamento de ações específicas voltadas às adolescentes do sexo feminino. Com isto, planejou-se atividade de educação em saúde com oficinas de prevenção e promoção em saúde, voltadas a maternidade responsável aplicada às adolescentes do CENSE Joana Richa e Casa de Semiliberdade Feminina.

FORMSUS/Ministério da Saúde

O FORMSUS é um formulário do Ministério da Saúde para monitorar as ações de atenção integral à saúde de adolescentes em situação de privação e restrição de liberdade. Desta feita, foram realizadas reuniões por videoconferência junto às técnicas da Coordenação de Saúde do adolescente do Ministério da Saúde para identificar as lacunas e avanços no processo de implementação e implantação da PNAISARI, objetivando contribuir para o aperfeiçoamento do trabalho das equipes de saúde, tanto da Secretaria de Saúde quanto da Secretaria Gestora do Sistema Socioeducativo (SEJU), no sentido de garantir o direito à saúde integral destes adolescentes.

Saúde do Servidor

Para o ano de 2017, além do foco e prioridade das necessidades e demandas de saúde dos adolescentes, planeja-se um trabalho/programa voltado à saúde mental dos servidores.

Desta forma, foi deliberado pelo CEDCA recursos para viabilizar um projeto destinado aos servidores da socioeducação, com foco no atendimento psicossocial em grupos, denominado Fortalecendo Equipes. Este projeto, inicialmente, será realizado nos seguintes Centros de Socioeducação: Londrina I, Londrina II, Maringá, Campo Mourão, Paranavaí, Umuarama, Santo Antônio da Platina; e Casas de Semiliberdade de Londrina, Paranavaí e Umuarama.

POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA

A política de formação continuada dos servidores que atuam direta e indiretamente com os adolescentes em atendimento socioeducativo configuram como um dos objetivos-fins da Escola de Educação em Direitos Humanos e do Departamento de Atendimento Socioeducativo, ambos vinculados à Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos. No ano de 2016 houve participação de 601 servidores nas capacitações do DEASE e ESEDH, conforme se observa:

Quantidade de profissionais capacitados – 2016

TEMA	LOCAL	Nº DE SERVIDORES CAPACITADOS
Alinhamento com equipe da capacitação de segurança - módulo I	Palácio das Araucárias	16
Alinhamento com equipe da capacitação de segurança - módulo II	ESEDH	16
Capacitação de segurança - turma I	Umuarama, Fazenda Rio Grande, Curitiba e Pato Branco	87
Alinhamento com equipes das Casas de Semiliberdade: Saúde Mental e Justiça Restaurativa	ESEDH	37
Alinhamento com os Pedagogos: metodologia do programa de atendimento socioeducativo	ESEDH	30
Capacitação do Sistema Informatizado de Medidas Socioeducativas – T1	Laranjeiras do sul	15
Capacitação dos Gestores de Socioeducação: Programa Político Pedagógico e estratégias de gestão	ESEDH	42
Capacitação do Sistema Informatizado de Medidas Socioeducativas – T2	Cascavel, Foz Do Iguaçu	30
Capacitação em Saúde Mental	SESA	122
Capacitação do Sistema Informatizado de Medidas Socioeducativas – T3	Maringá	35
Capacitação de Segurança* - Turma I	Campo Mourão, Toledo e São José dos Pinhais	102
Capacitação do Sistema Informatizado de Medidas Socioeducativas – T4	Londrina	15
Capacitação dos Gestores da Socioeducação	ESEDH	42
Capacitação com Mediadores em Justiça Restaurativa e Socioeducação	ESEDH	12
		601



CAPACITAÇÃO DE SEGURANÇA

A capacitação de segurança teve início em 2016 nos Centros de Socioeducação de Fazenda Rio Grande, Joana Richa, Umuarama e Pato Branco, posteriormente em Campo Mourão, São José dos Pinhais e Toledo e será finalizada em 2017 em todas as outras unidades do Estado. O curso tem como objetivo capacitar os educadores sociais em técnicas de segurança interventiva e preventiva; promover reflexões sobre as intervenções de segurança e os princípios legais norteadores; promover a reflexão sobre a prática socioeducativa, o papel do educador, sob a ótica dos direitos humanos; promover a revisão dos procedimentos de segurança adotados nas unidades socioeducativas, com a devida atualização a partir da publicação do Código de Normas e Procedimentos das Unidades de Atendimento Socioeducativo; preparar os servidores para atuarem de maneira eficiente e segura em situações de crise; e possibilitar aos educadores sociais a reflexão sobre a prática profissional e recursos que possibilite a mínima intervenção no uso de técnicas de segurança.

O curso está sendo desenvolvido por 3 equipes de capacitadores, favorecendo a execução em 3 regiões simultaneamente. A metodologia dessa modalidade de capacitação congrega uma parte expositiva com outra prática, possibilitando a vivência e assimilação do conteúdo. O material de apoio consiste no Código de Normas e Procedimentos das Unidades de Atendimento, bem como os cadernos de socioeducação.

Os temas apresentados constituem a atuação profissional do Educador Social, sendo necessário o constante aperfeiçoamento visando manter o processo de aprimoramento da intervenção e promoção do processo socioeducativo. Importante ressaltar que a função exige, para além natureza pedagógica da medida socioeducativa, o conhecimento de técnicas de segurança, sua aplicação e princípios legais norteadores dessas práticas, primando pela mínima intervenção e não sobreposição da segurança ao princípio pedagógico, porém permitindo uma intervenção qualificada quando se fizer necessária.

“Falar em segurança nunca é demais. Foi excelente para que os educadores falassem sobre as dificuldades que encontram e também troquem experiências”, comentou Lidyana Soares Kelin, diretora do Cense Pato Branco.

“As técnicas de segurança socioeducativa são balizadas pelo Código de Normas e Procedimentos das Unidades de Atendimento Socioeducativo, aprovado este ano pela Secretaria de Justiça, Trabalho e Direitos Humanos”, ressalta o diretor adjunto do Departamento de Atendimento Socioeducativo e socioeducador, Alex Sandro da Silva.

O socioeducador Claudinei Monteiro Dalava falou sobre a capacitação de segurança, ao afirmar que é importante pela troca de experiência com pessoas que conhecem realmente a socioeducação.

De acordo com o diretor do Centro de Socioeducação São Francisco e socioeducador, Jorge Wilczek, é preciso estar preparado física e mentalmente. A gente precisa estar preparado para fazer a intervenção corretamente. Em caso de rebelião ou em questão mais específica de contenção, as técnicas preparam o educador para não machucar ninguém ou usar força desproporcional.



ALINHAMENTO COM EQUIPES DAS CASAS DE SEMILIBERDADE: SAÚDE MENTAL E JUSTIÇA RESTAURATIVA

O encontro para Alinhamento Programático com as equipes das Casas de Semiliberdade visa discutir as ações dessa modalidade de atendimento socioeducativo a partir do estabelecimento de parâmetros para o funcionamento do Programa. Este debate possuía urgência tendo em vista normatizações grandes e recentes como o Código de Normas e Procedimentos, aprovado em abril de 2016 e o Programa de Atendimento, aprovado em julho de 2016. A reunião ocorreu em dois dias e teve como pauta além dos trâmites administrativos próprios, a padronização de rotinas, a temática de drogas, justiça restaurativa e normativas de segurança.

“O objetivo da reunião faz parte de mais uma etapa do Programa de Formação Continuada, onde serão discutidas e planejadas ações para os profissionais do Sistema de Atendimento Socioeducativo do Paraná”, comenta o diretor do Departamento de Atendimento Socioeducativo, Pedro Giamberardino.

“Essa reunião de alinhamento foi muito esperada, a Semiliberdade é uma medida extremamente complexa, difícil pra quem executa e principalmente para os adolescentes que cumprem. Por isso a reunião foi tão importante, pudemos tratar de temas recorrentes dentro da rotina da unidade como REDUÇÃO DE DANOS, no caso do trabalho relacionado a dependência química, JUSTIÇA RESTAURATIVA, um tema tão em ascensão e que pode nos ajudar enquanto trabalhadores da Semiliberdade, a tratar do conflito, que faz parte do nosso dia a dia dentro das unidades. Também foi possível trocar experiências, o que foi demasiado aproveitável, saber como cada unidade trata cada momento no processo do adolescente, a recepção, o acolhimento, as avaliações diárias, como trabalhar o PIA (Plano Individual de Atendimento) pra ser efetivo dentro do processo. Enfim a reunião foi extremamente produtiva, em quase 06 anos na direção de uma Casa de Semiliberdade, não tínhamos tido um momento como esse, onde pudemos ser ouvidos nas demandas específicas do trabalho da Semiliberdade e principalmente onde encontramos respostas a alguns dessas demandas. Nos trouxe motivação pra continuar o trabalho na unidade, foi assim também para os colegas, principalmente porque educadores sociais puderam participar e levar essa experiência para os que não puderam estar na reunião. Esse modelo de reunião reflete no fortalecimento dos trabalhadores da Semiliberdade e por consequência num trabalho de muito mais qualidade e que realmente faça a diferença na vida do adolescente em cumprimento dessa medida.” Lidiana Soares Kelin

Para Gilmar Ferreira, socioeducador e diretor da Casa de Semiliberdade de Londrina, “a reunião foi muito positiva e válida, principalmente pela possibilidade de discutir o trabalho através da troca de experiências”.

Junior Cezar Devantel, socioeducador, acrescentou que “o alinhamento foi de grande valia e importância, foi um momento para conversas com cunho individualizado da medida socioeducativa de semiliberdade, um primeiro passo para o alinhamento das unidades. Sobre as palestras, achei muito interessante e acho que é o caminho. Acredito que devemos continuar com esses alinhamentos e estou a disposição para ajudar no que for necessário”.

ALINHAMENTO COM OS PEDAGOGOS: METODOLOGIA DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

O alinhamento com os pedagogos das Unidades Socioeducativas contou com a participação dos profissionais dos seguintes Centros de Socioeducação: Campo Mourão, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Foz do Iguaçu, Joana Richa, Laranjeiras do Sul, Londrina I, Maringá, Pato Branco, Santo Antônio da Platina, São Francisco e Toledo.

O encontro visou discutir diversas atividades que ocorrem nas unidades, isto é, os cursos de qualificação profissional, o Projeto Karatê nos CENSEs e o Projeto Arte e Ação. Além desses itens, também foram tratados os assuntos referentes aos exames online, ENEM, PRONATEC, Projeto Orquestra na Socioeducação, Procedimentos licitatórios, relatórios de avaliação das ações, projetos para captação de recursos e parcerias para a execução de projetos.

“Acho uma reunião necessária para o alinhamento das atividades e a aproximação da equipe com intuito de levar para todos os profissionais o feedback das unidades ao Departamento de Atendimento Socioeducativo”, ressalta a pedagoga Debora Pereira da Costa, do Cense Londrina I.

Para o pedagogo Marcos Kohls, da unidade feminina Joana Richa, em Curitiba, a reunião promove o conhecimento das diretrizes da Secretaria, possibilitando ações em conjunto das unidades e trocas de experiências entre todos os servidores.

CAPACITAÇÃO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS (SMS)

A capacitação do SMS visou alinhar a prática de utilização do SMS nas Unidades Socioeducativas do Estado, exemplificando casos e efetuando o preenchimento de cadastros de adolescentes, sanando dúvidas e indicando a correta forma de preenchimento, levando em consideração o fato da extrema importância e da correta alimentação dos dados para a gestão do sistema refletindo no planejamento de políticas públicas na área da infância e juventude.

Essa modalidade de capacitação teve início em 2015, com as Unidades de Curitiba e Região Metropolitana e se encerrou em 2016 com a abrangência de todos os Centros de Socioeducação e Casas de Semiliberdade do Estado.

O SMS foi criado em 2013 e diversos campos foram aprimorados para informações gerenciais.

CAPACITAÇÃO DOS GESTORES DE SOCIOEDUCAÇÃO: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E ESTRATÉGIAS DE GESTÃO

A capacitação dos gestores de socioeducação se destinou aos diretores de todas as Unidades Socioeducativas do Estado. Além do alinhamento dos procedimentos administrativos, o curso teve como objetivo a discussão das bases conceituais e práticas de gestão e planejamento estratégico na palestra proferida pela Prof. Dra. Ana Paula Motta Costa.

Para o secretário Artagão Júnior, a capacitação é importante para qualificar o atendimento aos adolescentes. “Nosso objetivo, por orientação do governador Beto Richa, é aperfeiçoar o trabalho de gestão das unidades socioeducativas e estabelecer estratégias para revisão do plano político pedagógico que incidirá na superação de desafios enfrentados no cotidiano das unidades”.

Para Sônia Virmond, diretora da Escola de Educação em Direitos Humanos da SEJU, “aprofundar questões de ordem teórica e conceitual é o que dá suporte a um trabalho técnico de boa qualidade. A Escola de Educação em Direitos Humanos é parceira do DEASE nesta empreitada. Juntos, temos procurado trazer temas das ciências humanas, voltados à compreensão dos fenômenos sociais, com o objetivo de fortalecer uma cultura em direitos humanos”.

CAPACITAÇÃO EM SAÚDE MENTAL

A capacitação em saúde mental ocorreu por meio de videoconferência, promovida em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde e visou apresentar as “Interfaces entre a Socioeducação e a Saúde: Estratégias para a Promoção e Prevenção”. O objetivo do evento consistiu em sensibilizar a comunidade socioeducativa para a o desenvolvimento de ações integradas, visando a prevenção/promoção a saúde, possibilitando a instrumentalização frente ao tema; estimular a comunidade socioeducativa na execução de ações de intervenção junto aos adolescentes, que visem a autonomia e a construção de projeto de vida; e conhecer a estrutura do Governo do Estado destinada à execução de medidas socioeducativas e a sensibilização sobre o adolescente em atendimento com propostas de intervenções nas unidades. No total foram emitidos 122 certificados para profissionais do DEASE, tanto da equipe Técnica (Psicólogos, Assistentes Sociais, Terapeutas Ocupacionais, Pedagogos); como da equipe de Saúde (Psiquiatra, Médicos, Enfermeiros, Auxiliares e Técnicos de Enfermagem) e representante da equipe de Educadores Sociais. A iniciativa teve por escopo inicial os técnicos contratados em 2016, abrangendo-se também os demais profissionais.

Para o secretário da Justiça, Artagão Júnior, o evento é um incentivo para que todos possam participar e se entreter com o trabalho. “O sistema socioeducativo precisa de profissionais qualificados e que possam agir juntos no trabalho com os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas”, disse ele.

CAPACITAÇÃO COM MEDIADORES EM JUSTIÇA RESTAURATIVA E SOCIOEDUCAÇÃO

A capacitação com mediadores em Justiça Restaurativa e Socioeducativo, projeto proposto pela Escola de Educação em Direitos Humanos, visou alinhar a intervenção que ocorrerá nas unidades socioeducativas em 2017 a partir da exibição das seguintes palestras:

- **1ª Palestra – A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI**
Flávia Fernandes Carvalhaes - Doutora em Psicologia; Psicóloga na Prefeitura Municipal de Londrina e Professora de Psicologia na Universidade Estadual de Londrina
- **2ª Palestra – LIDANDO COM O CONFLITO: POLÍTICAS PÚBLICAS E OUTRAS INICIATIVAS PARA ALÉM DA REPRESSÃO**
Flávia Fernandes Carvalhaes - Doutora em Psicologia; Psicóloga na Prefeitura Municipal de Londrina e Professora de Psicologia na Universidade Estadual de Londrina
- **3ª Palestra – SEGURANÇA E DIREITOS HUMANOS: LIMITES LEGAIS**
Ricardo Peres da Costa - Mestre em Serviço Social e Política Social; Consultor na área da Socioeducação
- **4ª Palestra – JUSTIÇA RESTAURATIVA: CONCEITO E PRÁTICAS**
André Ribeiro Giamberardino - Doutor em Direito; Defensor Público do Estado do Paraná e Professor de Direito na UFPR e na Universidade Positivo
- **5ª Palestra – A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA NO CONTEXTO DA SOCIOEDUCAÇÃO**
Juliana Zilli Bley - Mestra em Psicologia; Psicóloga e Consultora na área de Saúde Mental e Comportamento Seguro no Trabalho.

PARCERIAS E PLANEJAMENTO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM 2017

Em 2016 concretizou-se a parceria com o Governo Federal com proposta de formação continuada de servidores para 2017. Conforme o projeto proposto pelo Paraná será permitida a formação de 591 servidores, em 21 turmas, totalizando 344 horas-aula presenciais, nas seguintes temáticas:

TEMA	CONTEÚDO	OBJETIVO	TURMAS / DURAÇÃO	PÚBLICO	LOCAL
1. Justiça restaurativa	Histórico, conceito e práticas.	Iniciar uma sensibilização junto aos servidores para implementar no interior das unidades de socioeducação a cultura de justiça restaurativa como método de resolução de conflitos entre adolescentes, entre servidores e entre servidores e adolescentes.	1 turma/08 h presenciais	Gestores e assistentes das unidades de socioeducação e das Casas de Semi-liberdade / 52 participantes	ESEDH
2. Metodologia em EJA nos Centros de Socioeducação	Princípios e metodologia da Educação de Jovens e Adultos – EJA.	Proceder ao alinhamento teórico-prático entre os profissionais responsáveis pela educação básica nos Centros de Socioeducação.	1 turma/08 h	Pedagogos da Secretaria da Educação que prestam serviço nos Censos. 18 participantes	ESEDH
3. Formação de pedagogos das Casas de Semiliberdade	Princípios e metodologia da Educação de Jovens e Adultos – EJA.	Proceder ao alinhamento teórico-prático entre os profissionais responsáveis pela educação básica nas Casas de Semiliberdade.	1 turma/08 h	Pedagogos da Secretaria da Educação que prestam serviço nas Casas de Semiliberdade. 08 participantes	ESEDH
4. Alinhamento teórico-prático para assistentes sociais e psicólogos	Técnicas de abordagem; grupos terapêuticos; intervenção familiar; parâmetros para a elaboração de estudo de casos e relatórios.	Definir um modelo de atendimento integrado.	4 turmas/16h	Psicólogos e Assistentes sociais 115 participantes	ESEDH
5. Tópicos de planejamento estratégico para gestão	Mapeamento de processos, estabelecimento de metas, objetivos, indicadores, avaliação.	Proceder a um alinhamento teórico-prático com vistas a uma gestão eficiente, com resultados efetivos	1 turma/24 h	Gestores e assistentes das unidades de socioeducação e das Casas de Semiliberdade / 52 participantes	ESEDH
6. Alinhamento teórico-prático para os pedagogos do sistema socioeducativo	O papel do pedagogo na elaboração do PIA; a integração com o trabalho pedagógico da educação básica; a organização da qualificação profissional dos adolescentes	Redefinir um protocolo de trabalho, aproximando as ações do setor de pedagogia com a educação básica, sob a responsabilidade dos profissionais da educação.	1 turma/16 h	Pedagogos do Sistema Socioeducativo. 18 participantes	ESEDH
7. Formação para educadores sociais		Fornecer aos educadores sociais um parâmetro teórico e prático de atuação de acordo com os protocolos definidos pela ENS.	3 turmas 24 h	80 participantes presenciais do CENSE São José dos Pinhais.	ESEDH

8. Alinhamento teórico-prático para as terapeutas ocupacionais do Sistema Socioeducativo	A terapia ocupacional como meio de integração física, psíquica e social junto aos adolescentes em privação de liberdade.	Proceder à definição das ações dos profissionais da área com vistas a integrá-lo no corpo técnico das unidades.	1 turma/16 h	Terapeutas ocupacionais 11 participantes	ESEDH
9. Formação em saúde mental e o trabalho da equipe técnica	Transtornos mentais; uso de álcool e drogas; atendimento psiquiátrico e terapêutico; uso de medicação.	Desenvolver a percepção de problemas psíquicos e executar ações de prevenção ao suicídio.	8 turmas/16h cada turma.	Psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, terapeutas ocupacionais, enfermeiros e médicos. 237 participantes.	ESEDH
Total			21 turmas 344 horas presenciais	591 participantes	

PARCERIAS ESTABELECIDAS EM 2016

Interoperabilidade de dados entre sistemas do Poder Executivo e Judiciário

No ano de 2016 foi celebrado um Termo de Cooperação entre Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos e Tribunal de Justiça para o compartilhamento de dados processuais, de perfil, gerenciais e de atendimento prestado no tocante aos adolescentes em conflito com a lei em atendimento nas Unidades Socioeducativas. Tal medida é de suma importância, a fim de se evitar a superlotação e de se obter dados fidedignos, proporcionando transparência nos encaminhamentos da Divisão de Vagas e Informações do DEASE.

A partir da regulamentação da Central de Vagas dos Centros de Socioeducativo e Casas de Semiliberdade do Estado do Paraná (Resolução nº43/2015-GS/SEJU), instituiu-se uma fila de espera quando da inexistência de vaga nas unidades socioeducativas. Desta feita, a referida interoperabilidade de dados entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário trará um efetivo acompanhamento e fiscalização da lotação das unidades socioeducativas, a partir dos dados e informações compartilhadas, a fim de evitar a superlotação, bem como o compartilhamento dos dados e posição dos pedidos de vaga que aguardam na fila de espera da Central de Vagas.

“FONACRIAD apresenta desafios e soluções para a socioeducação

05/07/2016 - Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos

Na última semana, a Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos sediou o 3º Encontro de 2016 do Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras da Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – FONACRIAD.

Assistência Religiosa, calendário do ENEM para os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas e as relações com o Sistema de Segurança e Justiça foram temas que marcaram o encontro, que contou com a participação de gestores do atendimento socioeducativo de diversos estados do país.

“Os temas foram debatidos de maneira coletiva, fazendo com que a execução seja uma realidade, no sentido de fortalecimento da lei. Temáticas como essas são necessárias e devem ser implantadas em todas as unidades e isso só é possível reunindo todos os gestores para dialogar, para que todos juntos possamos construir com resultados positivos para toda a sociedade”, afirmou a presidente do Fonacriad, Elisângela Correia Cardoso.

“A Articulação com o Sistema de Justiça e a Segurança Socioeducativa” foi o tema da palestra de abertura acerca da importância da temática do encontro, proferida pelo coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente (CAOP), Murillo Digiacomio, juntamente com a advogada Priscilla Placha Sá e a técnica judiciária, Aline Fioravante.

Estado do Paraná - O professor Afonso Armando Konzen abordou o tema da segurança socioeducativa. Quando se referiu ao Paraná, Konzen destacou que durante o fórum foram apresentados os mecanismos de segurança para uma melhora efetiva no sistema socioeducativo visando qualificar todo o sistema. Konzen também ressaltou que no estado existe um grande desenvolvimento na qualificação dos profissionais e na estrutura consolidada. “Fiquei impressionado com o Estado do Paraná, pela estrutura apresentada e pelos investimentos já aplicados e os que serão aplicados. Isso é muito benéfico para o sistema socioeducativo”.

A representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), Jimena Grignani, destacou o Paraná e a importância do Fonacriad. “O fortalecimento e o aprofundamento das informações foram primordiais para qualificar e profissionalizar o sistema no Paraná. A socioeducação do Estado é um exemplo a ser seguido, hoje temos um dos melhores sistemas que o País já teve”, destacou Jimena.

Ao final, a presidente do Fonacriad, Elisângela Correia Cardoso, também destacou a socioeducação do Paraná, na implementação do SINASE nos parâmetros arquitetônicos e pedagógicos, e também mencionou como pontos positivos do estado a sistematização das ações, publicações, relatório de 2015, justiça restaurativa, cadernos de socioeducação, política de formação continuada e o incentivo ao esporte, cultura e lazer.

Encaminhamentos - Como encaminhamento final o FONACRIAD, juntamente com o CONANDA e o FONAJUV, comprometeram-se com esforços conjuntos para iniciativas que permitam garantir direitos dos adolescentes em ambientes sem superlotação.

Participação - A reunião contou com a participação de gestores do atendimento socioeducativo dos estados Acre, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, Tocantins e Distrito Federal, bem como coordenador-geral do SINASE do Ministério da Justiça e representantes do CONANDA, FONAJUV e INEP.”



INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA

Novas Unidades

Em fevereiro de 2016 foi inaugurado o Centro de Socioeducação de São José dos Pinhais, com capacidade para 78 adolescentes em internação provisória e internação.



FOTO: IMPRENSA/SEJU - INAUGURAÇÃO DO CENSE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Em janeiro de 2016 houve o início da construção de um novo Centro de Socioeducação no município de Cascavel, com previsão de conclusão no segundo semestre de 2017. A nova unidade se destinará a 40 vagas de internação provisória.



Reparos, melhorias e novas obras

Além do exposto, houve reformas e melhorias em 14 unidades do Estado:

REPAROS / MELHORIAS / OBRAS NOVAS				
UNIDADE / MUNICÍPIO	TIPO DO SERVIÇO	Nº DE VAGAS A AMPLIAR	VALOR	SERVIÇO
CENSE CASCAVEL I	REPAROS (A LICITAR)		R\$ 16.403,20	Separação das entradas de energia e possível correção do muro no local (entrada atualmente funcionando em conjunto com a delegacia)
CENSE CASCAVEL II	REPAROS (EM CONTRATAÇÃO)		R\$ 11.405,94	Reparos na cobertura (platibanda, telhas, calhas e rufos) e nos forros danificados por infiltrações, com substituição luminária
CENSE CASCAVEL NOVO	OBRA (EM EXECUÇÃO)	20	R\$ 5.906.710,56	Construção de nova unidade
CENSE CURITIBA	REPAROS (A LICITAR)		R\$ 54.073,44	Execução de Reparos para o CIAAD (Defensoria Pública, Delegacia de Policia e Núcleo de Orientação Familiar)
CENSE JOANA RICHA	REPAROS (EM EXECUÇÃO)		R\$ 122.130,00	Reparos na cobertura dos alojamentos, acesso da rua interna, esquadrias com substituição de vidros e substituição da caixa d'água da unidade
SEMILIBERDADE CURITIBA	REPAROS (EM EXECUÇÃO)		R\$ 392.600,00	Execução de recuperação de instalações elétricas e de calçadas, substituição de pisos, vidros, esquadrias danificadas e telhas, bem como pintura interna e externa
CENSE FAZENDA RIO GRANDE	REPAROS (EM EXECUÇÃO)		R\$ 77.449,00	Execução de reparos referentes a substituição da tubulação de esgoto, calhas, rufos da cobertura (sanar infiltrações), batentes, esquadrias metálicas, refletores e grades de ferro das alas "A" e "C"; correção de rachaduras nas paredes e de infiltrações nas salas de banho e execução de pintura nas alas "A" e "C"; inclusive nas grades e portas, reparos hidráulicos e colocação de grade nas salas dos monitores
CENSE DE FOZ DO IGUAÇU	REPAROS	liberam vagas interdidas	R\$ 349.706,00	Execução de serviços, visando restabelecer a capacidade de vagas da Unidade: reparar danos em fiações, reatores, calhas de iluminação, pontos telefônicos e quadros de energia, substituir lâmpadas queimadas em decorrência das infiltrações, executar pintura, reparar sistema de escoamento de água do telhado e substituir/reparar piso/tacos de madeira e vidros
	MELHORIAS (EM EXECUÇÃO)		R\$ 517.858,29	Execução de serviços relativos ao Sistema de Prevenção de Incêndio e Pânico, a fim de regularização do Alvará de Funcionamento
	REPAROS (EM EXECUÇÃO)		R\$ 60.126,83	Atendimento às solicitações/determinações apontadas no Relatório de Inspeção do Departamento de Vigilância à Saúde/Divisão de Vigilância Sanitária do Município de Foz do Iguaçu (folhas 06 a 09), bem como recuperar avarias causadas por fortes chuvas na cobertura da quadra de esportes

CENSE LARANJEIRAS DO SUL	REPAROS (EM CONTRATAÇÃO)		R\$ 177.750,00	Pintura, revisão elétrica, reparos hidráulicos, reparos gerais no piso, telhado, pintura dos diversos blocos, guarita frontal e drenagem do terreno
CENSE PATO BRANCO	REPAROS (EM EXECUÇÃO)	liberam vagas interditadas	R\$ 121.850,00	2º pavimento - Alojamentos 2, 3, 4, 5 banheiro e corredores Pintura, piso cimentado e instalação exaustor 1º pavimento - Salas técnicas de atividades, banheiro e almoxarifado Pintura, revestimento cerâmico para piso, colocação lavatório Térreo - Ambientes diversos Pintura Alojamento 1/ escada - Sala de revista- Almoxarifado - Sala dos educadores - Atual área de serviço lavanderia Pintura Banheiro existente - Revestimento cerâmico par piso e paredes, instalação de vaso e lavatório e pintura Banheiro a construir Lavanderia - a construir com porta de vidro temperado, Cozinha - Troca luminária Pintura externa e execução de cobertura em policarbonato e estrutura metálica
CENSE SANTO ANTONIO PLATINA	REPAROS (EM EXECUÇÃO)		R\$ 112.454,65	Serviços de reparos na cobertura, substituição de revestimento em parede e piso, colocação de tanque e portas na lavanderia, reparos nas portas dos alojamentos e pintura da unidade
CENSE UMUARAMA	REPAROS (EM EXECUÇÃO)		R\$ 121.523,86	Execução de reparos em calçada, forro dos beirais, substituição de piso cerâmico da cozinha, pintura interna e externa (inclusive esquadrias)
		TOTAL	R\$ 8.042.041,77	





PROJETOS				
UNIDADE / MUNICÍPIO	TIPO DO SERVIÇO	Nº DE VAGAS A AMPLIAR	VALOR PROJETO	SERVIÇO
CENSE DE APUCARANA	PROJETO (A LICITAR)	46	R\$ 171.849,11	Projetos de Implantação para Nova Unidade
CENSE DE CAMPO MOURÃO	PROJETO (EM EXECUÇÃO)			Projeto para adequação da unidade às exigências da Vigilância Sanitária
CENSE CURITIBA	SONDAGEM (EM CONTRATAÇÃO)		R\$ 6.149,00	Execução de sondagem para o Projeto de Ampliação da Unidade
	PROJETO (EM EXECUÇÃO)			Projeto de Ampliação da Unidade (04 Salas de Aula e 01 Alojamento), além de reparos gerais no CIAAD
CENSE JOANA RICHA	PROJETO (EM EXECUÇÃO)		R\$ 66.130,00	Projeto de revisão das instalações elétricas e da rede de esgoto das edificações existentes, Projeto de sistema de prevenção contra incêndio e pânico e Adaptação de instalação de sanitários e chuveiros privativos nos alojamentos
SEMILIBERDADE JOANA RICHA	PROJETO (A DESENVOLVER)		R\$ 15.525,41	Ampliação da unidade (ambientes administrativos e garagem)
VARIOS	PROJETO (EM EXECUÇÃO)		R\$ 158.624,00	Adequação/Revisão do Projeto Padrão CENSE/SEJU - Módulos (Contrato 1897/2016-PRED - LIG)
CENSE LONDRINA I	PROJETO (A DESENVOLVER)	liberam vagas interditadas	R\$ 62.587,01	Projeto para recuperação de infiltrações e reparos em setores insalubres, solução de problemas na rede coletora de esgotos, impermeabilização de paredes, construção de depósito para o armazenamento externo de resíduos (lixo), execução de revisão na rede elétrica e na rede de esgotos e outras melhorias
SEMILIBERDADE DE MARINGÁ	PROJETO (A DESENVOLVER)	18	R\$ 27.540,85	Projeto de Implantação para Nova Unidade
CENSE DE SANTO ANTONIO DA PLATINA	PROJETO (A DESENVOLVER)			Projeto elétrico para a unidade - reformulação geral
CENSE TOLEDO NOVO	PROJETO (A DESENVOLVER)		R\$ 55.533,88	Projeto acesso a ser providenciado pelo DER
	PROJETO (CONCLUÍDO)	60	R\$ 132.944,70	Projetos de implantação de arquitetura e complementares para nova unidade do CENSE de Toledo, com área construída de 3.811,15m ²
SEMILIBERDADE TOLEDO	PROJETO (EM EXECUÇÃO)	18	R\$ 12.863,00	Projeto de Implantação para Nova Unidade
CENSE UMUARAMA	PROJETO (A DESENVOLVER)		R\$ 7.313,07	Elaboração de Levantamento do Existente, Projeto Hidrossanitário e Orçamento para adequação Enfermaria, ampliação Sala de Professores, Sala de Atendimento Técnico e Almoarifado
		TOTAL	R\$ 717.060,03	



APRIMORAMENTO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS (SMS) – BUSINESS INTELLIGENCE (BI)

O Sistema Informatizado de Medidas Socioeducativas – SMS foi implantado em 2013 e consiste na ferramenta de gestão do Sistema de Atendimento Socioeducativo do Estado do Paraná. A ferramenta é alimentada por todas as unidades socioeducativas do Estado e seus dados permanecem em rede e representam todos os adolescentes em conflito com a lei em cumprimento de medida cautelar de internação provisória e medidas socioeducativas de internação e semiliberdade.

A principal função do referido sistema é subsidiar com informações as instâncias das instituições que executam medidas, tais como o Poder Executivo, as Varas da Infância e Juventude, Ministério Público e órgãos competentes nas três esferas de governo para a formulação e gestão de políticas do SINASE, bem como auxiliar na obtenção dos dados prestados à imprensa, estudantes e pesquisadores da área, além do Governo Federal. Com a identificação de necessidades de dados, foram realizadas diversas melhorias e implementadas novas funcionalidades ao Sistema no ano de 2016.

Aba de Saúde

No ano de 2016, uma das principais alterações do SMS e do BI pautou-se no aprimoramento da aba de saúde. As mudanças tiveram o intuito de estabelecer indicadores para alcançar um padrão de qualidade nas ações de saúde no que diz respeito à organização, planejamento e execução, contribuindo para o aperfeiçoamento do trabalho das equipes das unidades socioeducativas.

Para tanto, foram incluídos no subitem de saúde clínica dados acerca do Cartão SUS, Índice de Massa Corporal (IMC) do adolescente, histórico de doenças prévias e de doenças pregressas diagnosticadas com a inclusão do CID respectivo, inclusão do adolescente estar sob efeito de substâncias psicoativas quando de seu ingresso na unidade socioeducativa. Nesse subitem, destinado a adolescentes do sexo feminino, foram incluídos os antecedentes obstétricos (gestante, gestações anteriores, partos normais, cesarianas, abortos, filhos vivos atualmente, filhos nascidos com má formação congênita e método contraceptivo).

Ainda, criou-se um subitem específico de saúde mental, no qual consta a relação de integrantes da família que fazem uso de drogas.

Por fim, concebeu-se um prontuário de saúde para cada adolescente inserido no sistema. Nesse prontuário consta todo histórico de vacinação, tanto das vacinas já tomadas quanto das que foram tomadas dentro da unidade socioeducativa. Também relacionam-se os testes e exames realizados. Cada atendimento prestado ao adolescente, seja pela equipe da unidade, ou aquele acessado por meio da rede de atendimento do município é inserido no SMS, com as seguintes informações: tipo e data de atendimento, local, CID/diagnóstico, nome do profissional e descrição do atendimento. É possível inserir todos os documentos relacionados ao atendimento, isto é, prescrições, exames, de forma que cria-se um histórico de saúde de cada adolescente.

Fila de espera

No que toca à fila de espera dos adolescentes que aguardam vaga para ingresso nas unidades de atendimento socioeducativo, regulamentada por meio da Resolução nº43/2015 – GS/SEJU, incluiu-se no ano de 2016 a possibilidade de consulta por Comarca solicitante.

Aba de Educação

Em 2016 também ocorreu a integração no SMS das informações de escolaridade da Secretaria de Educação. Esta integração se faz possível a partir do Código Geral de Matrícula (CGM) de cada adolescente e possibilita demonstrar que o adolescente concluiu determinada disciplina e etapa, de acordo com as horas necessárias.

Refeições

A área de refeições foi implementada para aprimorar o controle e possibilitar a emissão de relatórios das refeições solicitadas diariamente nas Unidades Socioeducativas. A quantidade de refeições fornecidas é automaticamente inserida pelo Sistema aos adolescentes, com base nos prontuários eletrônicos dos adolescentes em atendimento em cada Unidade e aos servidores que trabalham em regime de turnos 12x36h. O pedido de refeições é encaminhado automaticamente, via sistema, para a empresa fornecedora, através de correio eletrônico. Os relatórios, que contemplam os dados da empresa, detalhes contratuais, referência de Unidade e mês de atendimento, são apresentados acompanhados da nota fiscal para pagamento e prestação de contas.

Histórico

Deu-se início em 2016 a uma demanda de suma importância para o SMS e o BI, que consiste na implantação do histórico dos dados cadastrados. Com isso, cada aba do prontuário será salva individualmente possibilitando assim a análise comparativa das informações de atendimentos prestados aos adolescentes nas Unidades por onde passarem, bem como possibilitando a extração de relatórios comparativos, seja de cada adolescente, unidade, ou de todo sistema.

